

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf DALNEI DELEVATTI DA SILVA PAZ

**ANÁLISE DO TEMPO DE INSTRUÇÃO DESTINADO AO PREPARO DO
SOLDADO DO EFETIVO VARIÁVEL DO BATALHÃO DE INFANTARIA PARA
EXERCER A ATIVIDADE DE PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS
ESTRATÉGICAS EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.**

Rio de Janeiro

2022

Cap Inf DALNEI DELEVATTI DA SILVA PAZ

**ANÁLISE DO TEMPO DE INSTRUÇÃO DESTINADO AO PREPARO DO
SOLDADO DO EFETIVO VARIÁVEL DO BATALHÃO DE INFANTARIA PARA
EXERCER A ATIVIDADE DE PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS
ESTRATÉGICAS EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do
grau especialização em Ciências
Militares.

Orientador: Cap Inf GUILHERME TONA ÁSSIMOS DE SOUZA

Rio de Janeiro

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Francisco José de Paula Junior
CRB7/6686

P348

Paz, Dalnei Delevatti da Silva.

Análise do tempo de instrução destinado ao preparo do soldado do efetivo variável do Batalhão de Infantaria para exercer a atividade de proteção de infraestruturas estratégicas em operações de Garantia da Lei e da Ordem / Dalnei Delevatti da Silva Paz – 2022.

63 f. il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2022.

Orientação: Cap. Guilherme Tona Ássimos de Souza

1. Programa padrão. 2. Instrução individual. 3. Soldado efetivo variável. I Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. II Título.

CDD: 355

Cap Inf DALNEI DELEVATTI DA SILVA PAZ

**ANÁLISE DO TEMPO DE INSTRUÇÃO DESTINADO AO PREPARO DO
SOLDADO DO EFETIVO VARIÁVEL DO BATALHÃO DE INFANTARIA PARA
EXERCER A ATIVIDADE DE PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS
ESTRATÉGICAS EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do
grau especialização em Ciências
Militares.

Aprovado em ____ / ____ / _____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

VINÍCIUS VALVERDE ANDRIES – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Presidente

GUILHERME TONA ÁSSIMOS DE SOUZA – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Membro

RENATO CAVALCANTI FERREIRA – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de estar vivo e ser capaz. Aos meus pais pela educação e exemplos de retidão de caráter. À minha esposa pela dedicação, companheirismo e confiança desprendidos. À minha filha pela alegria diária e inspiração de seu espírito competitivo surpreendente. Ao meu orientador pela paciência e pelos oportunos conselhos. Por fim, aos eternos irmãos por escolha, que me auxiliam na nossa caminhada.

RESUMO

O presente trabalho científico faz uma abordagem sobre o Programa Padrão de Instrução de Qualificação do Cabo e do Soldado – Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução comum, para verificar se a carga horária prevista para as instruções é suficiente para habilitar o Soldado do Efetivo Variável a realizar a proteção de infraestruturas estratégicas no contexto de Garantia da Lei e da Ordem. Para atingir esse objetivo, foi realizado uma revisão da literatura direcionada para o assunto e proposto um formulário destinado para os oficiais instrutores do corpo de tropa de batalhões de infantaria como instrumento para levantar subsídios e embasar a pesquisa.

Palavras-chave: Carga horária, tempos de instrução, proteção de infraestruturas estratégicas, Garantia da Lei e da Ordem.

ABSTRACT

The present scientific work makes an approach on the Standard Program of Instruction for Qualification of the Corporal and the Soldier - Instruction of Assurance of Law and Order and Common Instruction, to verify if the workload foreseen for the instructions is sufficient to enable the Soldier of the Effective Variable to carry out the protection of strategic infrastructures in the context of Guaranteeing Law and Order. To achieve this objective, a literature review was carried out on the subject and a form was proposed for instructor officers of the infantry battalion troop corps as a tool to raise subsidies and support the research.

Keywords: workload, instruction times, protection of strategic infrastructures, guarantee of law and order.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1	PROBLEMA	10
1.1.1	Antecedentes do Problema	11
1.1.2	Formulação do Problema	12
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	HIPÓTESE	13
1.4	JUSTIFICATIVA	14
2.	REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1	EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE.....	15
2.2	GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)	17
2.3	PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ESTRATÉGICAS	19
2.4	PREPARO DO EFETIVO VARIÁVEL PARA EXECUTAR POSTO DE SEGURANÇA ESTÁTICO.....	22
3.	METODOLOGIA	29
3.1	Objeto formal de estudo	29
3.2	Delineamento da pesquisa	30
3.3	Amostra	31
3.4	Procedimentos para revisão da literatura	32
3.5	Procedimentos Metodológicos	33
3.6	Instrumentos	34
3.7	Análise dos Dados	34
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4.1	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	37
4.1.1	FUNÇÃO EXERCIDA	38
4.1.2	TEMPO EXERCENDO A FUNÇÃO	39
4.1.3	APLICAÇÃO DO PERÍODO DE INSTRUÇÃO INDIVIDUAL DE	

	QUALIFICAÇÃO GLO (IIQ GLO).....	41
4.1.4	RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO.....	42
4.2	ANÁLISE DOS DADOS	42
4.2.1	DURAÇÃO E REGULAÇÃO DO PERÍODO DE INSTRUÇÃO INDIVIDUAL DE QUALIFICAÇÃO (GLO) NAS OM.....	42
4.2.2	INSTRUÇÕES NOTURNAS DURANTE O PERÍODO IIQ GLO.....	45
4.2.3	ATIVIDADES CONCOMITANTES DURANTE O PERÍODO DA IIQ GLO.....	47
4.2.4	OPINIÃO DA AMOSTRA ACERCA DA SUFICIÊNCIA DO TEMPO DESTINADO À IIQ GLO NAS OM.....	49
5.	CONCLUSÃO.....	54
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A – Questionário	60

1. INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro tem suas missões definidas em cláusula pétrea da Constituição Federal, redigida em seu art. 142, a qual versa que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica destinam-se a três missões básicas: defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e manter a lei e a ordem (Brasil, 1988). Esta última necessita de acionamento do Comandante Supremo das Forças Armadas, na figura do Presidente da República, que, após verificar estarem esgotados os mecanismos dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) para lidarem com a situação, determina a intervenção das Forças Armadas, delimitando o espaço de atuação e o tempo de duração da atividade (BRASIL, 1999).

É sabido que as dimensões continentais do nosso país dificultam a locomoção rápida de uma localidade para outra. As constantes incertezas do mundo atual, imerso em um ambiente volátil e de difícil controle, podem gerar insatisfação coletiva, o que pode levar a tumulto e ações hostis da própria população em curto espaço de tempo. O fato de haver diversas facções criminosas disputando espaço para exercer suas atividades constantemente leva a conflitos de traficantes em vários pontos de uma comunidade. Assim, ações como vandalismo e terrorismo por vetores que detém vontade própria podem acontecer a qualquer momento, além de outros inúmeros fatores que podem ser elencados, os quais levam à necessidade de que as Forças Armadas estejam prontas para, a qualquer momento, atuarem em Operações do tipo Polícia a fim de garantirem a lei e a ordem interna.

Sendo assim, o Exército Brasileiro, ciente de que precisa estar em condições de fazer frente a situações como esta, ao receber anualmente os novos cidadãos na prestação do Serviço Militar Obrigatório, preocupa-se em deixar, o mais rápido possível, esses novos soldados, chamados de Efetivo Variável (EV), em condições de serem empregados em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Ao se incorporar às fileiras do Exército, o cidadão passa por um período de internato para internalizar o espírito de soldado, sendo-lhes ministradas as

Instruções Individuais Básicas, que vão desde sessões simples, como aprender a marchar, a vestir o uniforme e a portar-se como militar, até as mais complexas, como instruções de tiro e progressão no terreno. Desse modo, ao final desse período, que pode variar entre quatro a oito semanas, o agora Soldado, está pronto para receber instruções um pouco mais complexas.

Neste momento, quebrando a sequência de instruções voltadas para a guerra, são introduzidas as instruções de Garantia da Lei e da Ordem, nas quais o Soldado, ainda inexperiente, precisa rapidamente aprender e praticar operações tipo polícia, pois, ao final dessa fase, com duração entre duas a três semanas, será considerado pronto para atuar e cumprir a terceira determinação constitucional do Exército.

Por esse viés, é importante pesquisar acerca do assunto, pois se faz necessário saber se o tempo, perceptivelmente curto, destinado às instruções de GLO e a efetividade delas, em virtude do mesmo fator, são suficientes para o Soldado ser considerado pronto para exercer seu papel efetivo de peça de manobra na manutenção da ordem interna do país.

Dessa forma, a pesquisa trará uma visão aos comandantes de fração sobre se o trabalho desempenhado no Período de Instrução Individual de Qualificação (IIQ) em GLO está sendo eficiente, ao mesmo tempo em que o comando do Batalhão de Infantaria terá noção do grau de confiabilidade do emprego de uma Subunidade (SU) de Efetivo variávelem operações de GLO, mais especificamente operando um Posto de Segurança Estático (PSE) – objeto de estudo desta pesquisa.

1.1 PROBLEMA

O ano de Instrução do Soldado do Efetivo Variável é regido pelo Comando de Operações Terrestres (COTer), Órgão do Exército Brasileiro que tem, dentre outras incubências, a função de dirigir a condução do preparo da Força.

É senso comum que o Soldado do Efetivo Variável é um militar em formação e que seu emprego em missões deve acontecer após completar todo o ano de instrução, ou seja, ser considerado formado por ter completado com aproveitamento os Períodos de Instrução Básica, de Qualificação e de Adestramento.

Entretanto, não é raro que aconteça de, por falta de efetivos, o completamento das frações de pronto emprego com alguns militares do Efetivo Variável que já completaram o Período de Instrução Individual de Qualificação, especialmente quando atuando em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Tal período tem o objetivo de ensinar todas as táticas, técnicas e procedimentos individuais para o combate em determinado assunto, restando para o Soldado, no Período de Adestramento (que viria em seguida), o emprego do que lhe foi ensinado dentro de uma situação tática e enquadrado em uma fração.

1.1.1 Antecedentes do Problema

Tendo em vista o objetivo de estar em condições de atuar como tropa adestrada em operações de Garantia da Lei e da Ordem, caso precise ser empregado, as instruções são ministradas cedo em relação ao ano de instrução do Efetivo Variável e num período notavelmente reduzido.

Entretanto, é visível que, para a execução de uma operação com considerável grau de complexidade como o PSE, se faz necessário que objetivos de outras instruções sejam alcançados como pré-requisito, pois, na execução de Posto de Segurança Estático, há a divisão da fração atuante em grupos, cada qual tendo uma missão específica que deverá exercer durante um período de tempo. Não obstante, há o rodízio desses grupos, sendo imperativo que todos dominem as técnicas, as táticas e os procedimentos (TTP) empregados nesse tipo de operação como um todo, uma vez que irão empregar todas elas.

1.1.2 Formulação do Problema

Dentro desse escopo, o presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: **é possível afirmar que o Período de Instrução de Qualificação em GLO é suficiente para tornar o Soldado do Efetivo Variável, de um Batalhão de Infantaria, habilitado a executar a proteção de infraestruturas estratégicas operando um Posto de Segurança Estático de maneira satisfatória?**

1.2 OBJETIVOS

Para chegar a respostas para o problema é necessário investigar algumas questões. É preciso seguir uma sequência lógica de objetivos que permitirá analisar a eficiência das instruções ministradas na habilitação do Soldado para executar um PSE.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é identificar se o tempo previsto em legislação específica, considerado pelo escalão superior, é suficiente para habilitar o Soldado do Efetivo Variável para operar um PSE;

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo

geral, foram levantados objetivos específicos para consecução do objetivo deste estudo, os quais são transcritos abaixo:

a) Descrever os objetivos de instrução a serem alcançados para que o Soldado do Efetivo Variável possa ser considerado apto a executar um PSE;

b) Identificar, através de instrumento próprio – o questionário que será proposto neste trabalho – o tempo considerado ideal para que os objetivos sejam alcançados;

c) Comparar o tempo destinado à instrução de PSE, definido em legislação, com o obtido por meio da pesquisa.

d) Verificar os dados obtidos de modo que seja possível analisar se o tempo de instrução previsto no Período de Instrução Individual de Qualificação é suficiente para habilitar o Soldado do Efetivo Variável a operar um PSE.

1.3 HIPÓTESE

Partindo das premissas de que o Período de Instrução Individual de Qualificação em GLO é relativamente curto; de que é considerável a quantidade de objetivos de instrução a serem alcançados, e que, nem sempre, as condições para o aprendizado e a prática são ideais, infere-se, duas hipóteses para este trabalho acadêmico:

a) Hipótese 1: O tempo destinado às instruções do Período de Instrução Individual de Qualificação em GLO não é suficiente para habilitar o Soldado do Efetivo variável, recém incorporado às fileiras do Exército Brasileiro, a realizar a proteção de infraestruturas estratégicas operando um Posto de Segurança Estático no contexto de Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

b) Hipótese 2: A negação hipótese 1, ficando caracterizado que, mesmo levando-se em consideração as supracitadas premissas, o tempo anteriormente descrito é suficiente.

1.4 JUSTIFICATIVA

A avaliação destes objetivos está dentro do proposto no Plano Estratégico do Exército 2020-2023, de forma que se enquadra na Ação Estratégica 3.2.1: ampliar a capacidade operacional do Exército para atuar na proteção da sociedade (Brasil, 2019).

Dessa forma, o estudo deste trabalho pretende possibilitar uma diferente ótica aos comandantes das pequenas frações (pelotão e subunidade) sobre a eficiência das instruções de GLO do ano de instrução; e, ao comando da unidade, a ponderação sobre o emprego ou não de uma fração de Efetivo Variável em PSE em proteção de infraestruturas estratégicas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Para compreensão do assunto e, com o intuito de proporcionar entendimento de como ele será estudado, foi proposto o estabelecimento de uma linha de raciocínio lógico que compreende a forma como a Força Terrestre é empregada; a definição de garantia da lei e da ordem e a forma em que ocorre seu emprego no Brasil e em outros países; o posto de segurança estático na situação da proteção de infraestruturas estratégicas e, por fim, o preparo dos Soldados do Efetivo Variável para executar um posto de segurança estático.

2.1 EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

A Constituição Federal, em seu Art. 142, define que as missões do Exército Brasileiro (uma das três Forças Armadas) são: defesa da Pátria; garantia dos poderes constitucionais e, por fim, garantia da Lei e a da Ordem (BRASIL, 1988).

Partindo desse princípio, os elementos da Força Terrestre podem desempenhar três Operações Básicas que, devido ao amplo espectro dos conflitos da atualidade, dificilmente serão realizadas de maneira isolada, mas, sim, de forma simultânea ou sucessivamente, sendo elas a Ofensiva, Defensiva e Cooperação e Coordenação com Agências (BRASIL, 2017).

Segundo o manual de Operações, as operações militares são desenvolvidas em todo espectro dos conflitos. Conforme os procedimentos e princípios empregados, as operações podem ser classificadas em de guerra e de não guerra. (BRASIL, 2017).

O espectro dos conflitos não varia apenas em nível de violência, mas também em escala e sofisticação das capacidades das ameaças ou do

oponente. A classificação das operações não guarda relação direta com a evolução do nível de violência a ser empregado como um todo nas diferentes situações do espectro do conflito. Em qualquer faixa do espectro podem coexistir ambas as operações com diferente grau de intensidade e proporção distinta. Como exemplo, o fato de conduzir uma operação de guerra em determinada região não impede de, em outra área, conduzir operações de não guerra. (BRASIL, 2017, p. 2-8).

As Operações Militares de guerra utilizam o Poder Militar caracterizando o máximo emprego da força contra uma ameaça. Nessa situação, há o emprego da violência militar, sendo empregado todos os esforços das unidades operativas fazendo uso dos procedimentos e princípios de combate que derivam da arte da guerra. Essa é a elemental missão das Forças Armadas devendo estarem preparadas de forma permanente, sob pena de perder seu poder de preservar os interesses nacionais caso perca sua capacidade de intervir no espectro dos conflitos. As Operações Ofensivas e as Defensivas são praticadas neste contexto de guerra.

Segundo o manual de Operações Ofensivas e Defensivas, a ofensiva é “uma operação terrestre agressiva na qual predomina o fogo, o movimento, a manobra e a iniciativa, para a conquista de objetivos, destruindo ou neutralizando as forças inimigas.” (BRASIL, 2017).

O manual de Operações atesta que as operações ofensivas são “realizadas para derrotar e/ou destruir as forças inimigas, conquistar terreno e aproveitar recursos. É a forma de decidir uma batalha pelo emprego de forças militares para impor a vontade sobre o oponente. É o melhor caminho para obter-se a vitória. (BRASIL, 2017).

O manual de Operações Ofensivas e Defensivas, trás o seguinte sobre a defensiva:

São operações terrestres realizadas para conservar a posse de uma área ou negá-la ao inimigo, e também, para garantir a integridade das forças amigas. Normalmente, neutraliza ou reduz a eficiência dos ataques inimigos sobre as áreas ou as forças defendidas, infringindo-lhe o máximo de desgaste e desorganização, buscando criar condições mais favoráveis para a retomada da ofensiva. (BRASIL, 2017, p. 2-2).

Já a operação de não guerra, “embora fazendo uso do Poder Militar, é

empregada em tarefas que não envolvam o combate propriamente dito, exceto em certas circunstâncias, em que é usado de forma limitada. Ocorre, inclusive quando os militares não exerçam o papel principal”. (BRASIL, 2017).

O presente trabalho está focado neste contexto.

A Operação Básica realizada na situação exposta acima é chamada Operação de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), que pode ser entendida por:

As Operações de Cooperação e Coordenação com Agências são operações executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

Nas operações de cooperação e coordenação com agências, a liberdade de ação do comandante operativo está limitada pela norma legal que autorizou o emprego da tropa. Assim, o emprego é episódico, limitado no espaço e no tempo.

As operações de coordenação e cooperação com agências são aquelas que normalmente ocorrem nas situações de não guerra, nas quais o emprego do poder militar é usado no âmbito interno e externo, não envolvendo o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais. São elas:

- a) Garantia dos poderes constitucionais;
 - b) Garantia da lei e da ordem;
 - c) Atribuições subsidiárias;
 - d) Prevenção e combate ao terrorismo;
 - e) Sob a égide de organismos internacionais;
 - f) Em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e
 - g) Outras operações em situação de não guerra.
- (BRASIL, 2017, p. 3-14 a 3-15).

2.2 GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

Este trabalho está voltado para as operações de garantia da lei e da ordem, sendo assim, observa-se que elas têm algumas características, as quais também

são comuns às outras elencadas acima. São elas:

- a) Uso limitado da força;
 - b) Coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais;
 - c) Execução de tarefas atípicas;
 - d) Combinação de esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos;
 - e) Caráter episódico;
 - f) Não há subordinação entre as agências e, sim, cooperação e coordenação;
 - g) Interdependência dos trabalhos;
 - h) Maior interação com a população;
 - i) Influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações; e
 - j) Ambiente complexo.
- (BRASIL, 2017, p. 3-15).

No Brasil, a garantia da lei e da ordem pode ser traduzida por uma operação militar desencadeada pelo Presidente da República de forma episódica, em local pré-estabelecido e por tempo limitado, cujos objetivos são preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e de seus patrimônios em situação de total ou parcial esgotamento da capacidade dos agentes previstos no art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 2001).

Dessa forma, de uma maneira resumida, as operações de garantia da lei e da ordem são acionadas a partir de quando esgotados os instrumentos dos Organismos de Segurança Pública (OSP) para lidarem com uma situação de considerável complexidade, em que a ordem pública foi degradada e a capacidade de fazer cumprir a lei não é mais considerada eficiente, o Presidente da República, no uso de suas atribuições como Comandante Supremo das Forças Armadas, através de seus mecanismos, determina a atuação do Exército (ou de outra Força), delimitando seu espaço de atuação e o tempo no qual deverá permanecer operando para reestabelecer o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública (BRASIL, 1999).

Entretanto, o dispositivo que dá poder para uma Força Armada atuar como reforço em cooperação com Organismos de Segurança Pública (OSP) em atividade de GLO, não é uma prerrogativa única da Pátria brasileira e podem ser observados em outras nações ordenamentos jurídicos com finalidades semelhantes.

Nos EUA, as suas Forças Armadas também cumprem esse papel. Seu exército deve estar em condições de prestar apoio às agências civis de aplicação da lei restaurando e mantendo a Lei e a Ordem, protegendo infraestruturas críticas de apoio à população (DEFENSE SUPPORT OF CIVIL AUTHORITIES, 2019, p. 33, tradução nossa).

A Constituição Espanhola de 1978 define que suas Forças Armadas, constituídas pelo Exército, Marinha e Força Aérea, têm como missão garantir a soberania e a independência da Espanha, defender sua integridade territorial e o ordenamento constitucional (ESPAÑA, 1978, p. 5, tradução nossa). Além disso, trata, também, que as Forças Armadas e os organismos de segurança, sob coordenação do governo, também têm como missão proteger o livre exercício dos direitos e das liberdades, e garantir a segurança da cidadania. (ESPAÑA, 1978, p. 25, tradução nossa).

Na mesma linha de raciocínio, a Itália também dispõe de ordenamento jurídico semelhante, prevendo atuação de suas Forças Armadas em caso de crise ou tensão interna (DI CELSO, M. Mazziotti; SALLERMO G. M., 2002 apud GARCIA, 2009).

A constituição alemã prevê que a proteção de bens civis pode ser executada por suas Forças Armadas, no caso de defesa ou tensão interna. Nesse caso, para apoiar seu policiamento interno realizado por seus OSP. Para isso, as Forças Armadas devem trabalhar em conjunto com as autoridades civis (DEUTSCHLAND, 1949, tradução nossa).

Como visto, a garantia da lei e da ordem é um instrumento que os chefes de Estado geralmente têm a sua disposição como último recurso para manterem a garantia da ordem interna, observadas as premissas para sua utilização.

2.3 PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ESTRATÉGICAS

Tropas de Infantaria podem atuar em áreas edificadas em situação de guerra e de não guerra. Atuam para manter ou obter o controle e para negar o acesso ao inimigo. São empregadas tanto no contexto das operações básicas quanto nas operações de cooperação e coordenação com as agências, especialmente no campo da Garantia da Lei e da Ordem (BRASIL, 2018 p. 4 - 14).

No Brasil, tem sido recorrente o emprego da tropa em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), caracterizadas pela delimitação da atuação da tropa no tempo e no espaço, normalmente em área edificada.

O objetivo dessas operações é o reestabelecimento da normalidade em determinada região, afetada pela incapacidade das instituições locais em controlar os agentes perturbadores da ordem pública (APOP).

[...]

As ações e/ou operações em áreas edificadas, no contexto de cooperação e coordenação com agências, [...], com a finalidade de alcançar os objetivos elencados para a operação, podem ser empregadas com as seguintes ações e/ou operações:

- a) Patrulhamento ostensivo (aeromóvel, mecanizado, motorizado e a pé);
- b) Posto de bloqueio e controle de estradas (PBCE)/posto de bloqueio de controle de vias urbanas (PBCVU);
- c) Estabelecimento de pontos fortes;
- d) Estabelecimento de Operações de Posto de Segurança Estático;
- e) Operações de busca e apreensão;
- f) Operações de controle de distúrbios;
- g) Operações de cerco e investimento.

(BRASIL, 2018a p. 5-1a 5-3)

Para condução dessa pesquisa, a atenção estará voltada para o Posto de Segurança Estático, sistema organizado para proteger um Ponto Sensível (P Sen), que também pode ser chamado de infraestrutura estratégica, guarnecido por militares do Exército inserido em um contexto de Garantia da Lei e da Ordem.

Ponto sensível é “o ponto cuja destruição ou neutralização pode afetar negativamente, de modo significativo, as operações militares, a prestação de serviços essenciais, à circulação de pessoas e bens, até mesmo, o moral e o bem-estar da população” (BRASIL, 2017a, p. 2-1). São exemplos de Pontos Sensíveis as instalações militares; os parques energéticos; as estações de tratamento e reservatórios; as sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário; as escolas; os hospitais; entre outros.

Geralmente fazem frente antagônica a um P Sen os APOP, também podem ser chamados de Forças Adversas, que “são segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos sociais, entidades, instituições e/ou organizações não governamentais, os quais comprometem a ordem pública ou até mesmo a ordem interna do país, utilizando procedimentos ilegais” (BRASIL, 2017a, p. 2- 1).

De forma a operar um PSE, o comandante poderá organizar sua tropa conforme a figura 1.

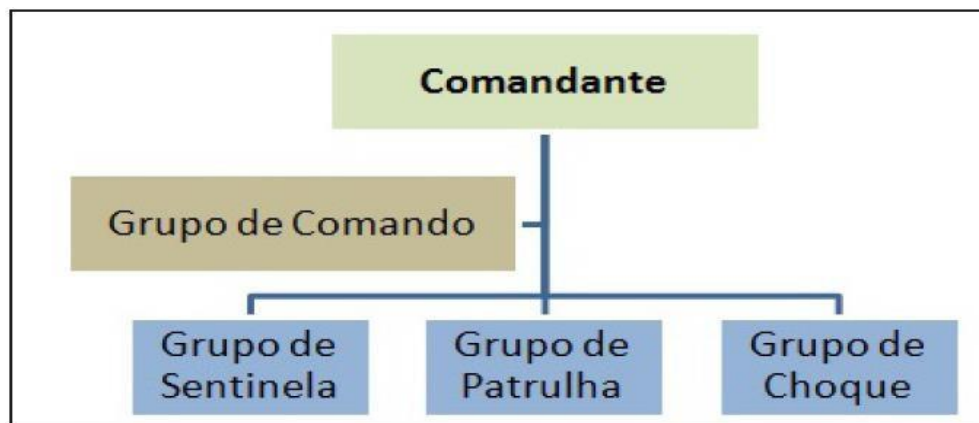


Fig 1 – Estrutura Organizacional para estabelecimento de PSE.
Fonte: BRASIL,2017a, p. 3-1.

O valor da fração empregado em uma missão de PSE será determinado pelo tamanho, grau de complexidade e pela envergadura do P Sen. Cada grupo tem suas missões específicas e costumam ser compostos mantendo-se a integridade tática da fração. Sendo assim, cabe ressaltar que:

- Grupo de Comando: é um grupo variável, cuja constituição depende da missão e dos meios empregados. Geralmente composto pela própria turma de comando do Pelotão, e que agrega elementos de apoio recebidos e destacamento logístico quando for o caso. Um P Sen de maior desenvoltura e complexidade pode conter elementos especializados, funcionários e servidores do próprio Ponto Sensível capazes de fornecer assessoramento durante todo o processo de tomada de decisões cabíveis ao comandante.

- Grupo de Sentinela: é o grupo responsável por fazer a varredura inicial das instalações; estabelecer a defesa aproximada ocupando os pontos estratégicos a

fim de garantir a segurança através da presença ostensiva, e realizar revista pessoal e de material que entrar e/ou sair do P Sen.

- Grupo de Patrulha: é responsável por estabelecer defesa afastada, ocupando pontos dominantes que controlam o local; realizar patrulhamento nas proximidades; estabelecer postos de bloqueio nas entradas do P Sen e deter elementos transgressores.

- Grupo de Choque: isola o P Sen até que o Grupo de Sentinela o ocupe; fica em condições de reforçar os outros grupos em suas missões, atuando como força de reação.

As frações podem, à comando, realizar rodízio das funções de forma a dar dinamismo à missão e permitir o descanso da tropa, quando for o caso.

2.3 PREPARO DO EFETIVO VARIÁVEL PARA EXECUTAR POSTO DE SEGURANÇA ESTÁTICO

De forma a estarem aptas a cumprir adequadamente as missões de um PSE, as frações devem executar um preparo em que lhes são ministradas instruções padronizadas no âmbito do Exército Brasileiro pelo Comando de Operações Terrestres (COTer).

Visando compreender de forma bem sucinta como funciona o ano de instrução do Soldado do Efetivo Variável, tem-se que é dividido em Período de Instrução Individual e Período de Adestramento. O primeiro é subdividido em Fase Básica (Período de Instrução Individual Básica – IIB) e Fase de Qualificação (Período de Instrução Individual de Qualificação – IIQ). O segundo, recebe as fases de Adestramento Básico – que é subdividido em subfases de Adestramento Básico de Pelotões, de Subunidades, de Unidades e, em GLO – e de Adestramento Avançado.

A subfase de Adestramento Básico em GLO, tem a peculiaridade de ser permitida ser ministrada logo após o Período da IIB recebendo o nome de Período

de Instrução Individual de Qualificação em GLO. Este último, na configuração explicada, enquadra o objeto de estudo deste TCC.

Dessa forma, será focado diretamente no Programa Padrão (PP) de Instrução Individual de Qualificação (IIQ) do Cabo e do Soldado – Instrução da Garantia da Lei e da Ordem (PP IIQ GLO), o qual é um documento disponibilizado pelo COTer que nivela e regula a instrução dos Soldados do Efetivo Variável.

O PP IIQ GLO amarra quais instruções devem ser ministradas obrigatoriamente e sugere o tempo destinado a cada uma delas para que, ao final das três semanas de instrução propostas pelo documento, o soldado esteja capacitado a ser empregado em Operações de GLO (BRASIL, 2019a, p.1-3).

As instruções que devem ser ministradas no Período de Instrução Individual de Qualificação GLO (IIQ – GLO), segundo o PP, são as seguintes: armamento, munição e tiro; combate corpo a corpo; defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN); instrução de apronto operacional; operações tipo polícia na Garantia da Lei e da Ordem; patrulha e treinamento físico militar (BRASIL, 2019a, p.3-1). O tempo sugerido pelo documento apresenta-se conforme a figura 2.

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO				
		TEMPO ESTIMADO		
		DIURNO	NOTURNO	TOTAL
MATÉRIAS DA INSTRUÇÃO DE GLO	1. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	12		12
	2. COMBATE CORPO A CORPO	8		8
	3. DEFESA QUÍMICA BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR	6		6
	4. INSTRUÇÃO DE APRONTO OPERACIONAL	2		2
	5. OPERAÇÕES TIPO POLÍCIA NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	24	8	32
	6. PATRULHA	8	4	12
	7. TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	8		8
SOMA	TEMPOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO MILITAR	68	12	80

Fig 2 - Quadro de distribuição do tempo das instruções da IIQ – GLO.

Fonte: BRASIL,2019a, p. 3.

Aprofundando para especificar a pesquisa seguem os quadros que detalham a Matéria “Operações tipo Polícia na Garantia da Lei e da Ordem”, onde se insere o Objetivo “Posto de Segurança Estático”.

EB70-PP-11.012

5. OPERAÇÕES TIPO POLÍCIA NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM - GLO				TEMPO ESTIMADO DIURNO: 24 h NOTURNO: 8 h	
(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
Q-101 (TE)	Identificar as Regras de Engajamento.	Apresentadas as Regras de Engajamento.	Identificar as principais Regras de Engajamento relacionadas ao emprego da Tropa.	- Conhecer a Legislação de Emprego em GLO. - Conhecer as Regras de Engajamento definidas pelo Comando enquadrante.	1. Regras de Engajamento: a. definição; b. finalidade; e c. descrição.
Q-102 (TE)	Revistar dependências e veículos.	Serão simulados diversos incidentes envolvendo veículos e dependências com a realização da correspondente revista.	O militar, sozinho ou em grupo, deverá empregar as técnicas corretas para a revista.	- Descrever os processos para se revistar dependências e veículos.	2. Processos usados para revista de dependência e de veículo.
Q-103 (TE)	Revistar pessoal e executar uma prisão.	Serão simulados diversos incidentes com revista de pessoal e/ou grupo de: homem, mulher, idoso, adolescente, criança, portador de deficiência, índio, etc, em ambiente urbano e/ou rural.	Demonstrar, na execução da tarefa, uma atitude impessoal, firme e enérgica sem, no entanto, infligir maus tratos aos presos ou desprezear os direitos humanos.	- Citar as finalidades da prisão. - Relacionar a prisão e o tratamento dos presos ao êxito nas ações contra as Forças Oponentes. - Citar os direitos humanos em cada caso/situação.	3. Processos usados na revista de pessoal. 4. Prisão em flagrante, tratamento do preso e amparo legal da prisão. 5. Constituição do Brasil: Art. 5º ao 17. 6. Programa Nacional dos Direitos Humanos. 7. Estatuto da Criança, do Adolescente e do Idoso. 8. Mecanismos para coibir a violência contra a mulher. 9. Crimes de tortura, genocídio, resultantes de preconceitos, etc.

5-7

Fig 3 – Quadro de objetivos da matéria Operações tipo Polícia em GLO.
Fonte: BRASIL,2019a, p. 5-7.

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
Q-104 (TE)	Conduzir indivíduo preso/detido para a retaguarda.	Em uma situação simulada na qual serão feitos presos (detidos), o instrutor determinará aos militares o processo a ser empregado para a condução dos detidos para a retaguarda.	O militar deverá utilizar, corretamente, as técnicas para condução de presos e detidos.	- Descrever os procedimentos a adotar com os detidos no seu deslocamento para a retaguarda.	10. Procedimento com os detidos no deslocamento para a retaguarda.
Q-105 (OP)	Identificar os procedimentos com o material capturado.	Em um local estarão diversos tipos de documentos e materiais.	O militar deverá utilizar, corretamente, as técnicas para manusear material capturado.	-Descrever os cuidados a serem tomados com os documentos e com os materiais capturados. - Descrever os cuidados com material amadilhado ou sob ação da Força Oponente.	11. Cuidados com documentos e material capturados.

Fig 3A – Continuação do Quadro de objetivos da matéria Operações tipo Polícia em GLO.
Fonte: BRASIL,2019a, p. 5-8.

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
Q-106 (OP)	Participar da instalação de um posto de bloqueio e controle de estradas (PBCE), da instalação de um posto de bloqueio e controle de via urbana (PBCVU) ou da instalação de um posto de bloqueio e controle fluvial (PBCFLU).	Em local que possam ser organizados os postos de bloqueios e ação de figuração.	O militar deverá proceder corretamente em todas as situações simuladas.	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever os pontos vulneráveis das ações das Forças Oponentes, em função de suas peculiaridades. - Citar a finalidade das operações tipo polícia. - Relacionar o tratamento dispensado aos civis com o êxito das operações. - Citar as precauções contra espíões ou infiltrados. - Instalar bloqueio de estradas e pontos de controle. - Fiscalizar documentos e inspecionar veículos. - Participar de um PBCE, PBCVU ou PBCFLU. 	12. Forças Oponentes Urbanas: <ol style="list-style-type: none"> definição, possibilidades de êxito e pontos vulneráveis; características; forças legais, forças estaduais, Forças Armadas, organização dos meios; e Operações Tipo Polícia.
Q-107 (OP)	Participar de um vasculhamento de área e de uma operação de busca e apreensão.	Organizados os grupos de busca e apreensão ou vasculhamento, e simulados diversos incidentes. A operação de busca e apreensão poderá ser rural ou urbana.	Durante a execução da tarefa, o militar deverá empregar, corretamente, as técnicas de busca e apreensão e vasculhamento.	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar operação de busca e apreensão de vasculhamento. - Identificar a organização dos grupos de busca e de apreensão. - Utilizar as técnicas de busca e de apreensão. - Atuar em operações de busca e apreensão como componente de um grupo. - Atuar em operações de vasculhamento. 	13. Operação de Busca e Apreensão e de vasculhamento: <ol style="list-style-type: none"> finalidade; tipos de material e equipamento a serem procurados; constituição dos grupos; e técnicas e atuação dos grupos.
Q-108 (OP)	Participar da ocupação de um ponto sensível e da execução de um Posto de Segurança Estático (PSE).	Em local que possa ser realizada a ocupação do ponto sensível, e simulados diversos incidentes.	Durante a execução da tarefa, o militar deverá manter, corretamente, o Ponto Sensível.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar a segurança de Ponto Sensível. - Mobiliar um PSE. 	14. Segurança de Ponto Sensível. 15. Posto de Segurança Estático.

Fig 3B – Continuação do Quadro de objetivos da matéria Operações tipo Polícia em GLO.
Fonte: BRASIL,2019a, p. 5-9.

(OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO				ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
Q-109 (OP)	Participar da interdição e da evacuação de uma área.	Interditar uma área e realizar a evacuação ordenada do pessoal ocupante desta área.	Empregar, corretamente, os procedimentos para a interdição e a evacuação de uma área.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar os procedimentos para a interdição de área. - Apresentar os procedimentos para o isolamento da área. - Apresentar os procedimentos para a evacuação de pessoal. 	16. Interdição e evacuação de área.
Q-110 (OP)	Participar de uma Operação de Controle de Distúrbio.	Em local que permita a execução das formações previstas para as Operações de Controle de Distúrbio.	Durante a execução da tarefa, o militar deverá manter-se, corretamente, em seu lugar nas diversas formações e prestar atenção e obediência aos comandos emitidos, independentemente da conformação do terreno e lou da ação da turba. Deverá, também, evidenciar atitudes relacionadas ao emprego de agentes químicos.	<ul style="list-style-type: none"> - Citar a finalidade do emprego dos diferentes tipos de tropa no controle de distúrbios. - Identificar os tipos de formações da tropa para controle de distúrbios. - Deslocar-se dentro de uma formação para controle de distúrbios. - Executar os movimentos de arma necessários a tomar as posições. - Citar a finalidade dos agentes químicos. - Descrever os diferentes efeitos dos agentes químicos. - Utilizar, adequadamente, a máscara contra gases. 	17. Operações de Controle de Distúrbios. <ol style="list-style-type: none"> Organização da tropa: <ol style="list-style-type: none"> tropa para fechamento de vias; tropas helitransportadas; blindados; e bombeiros. Formações previstas no C 19-15 Operações (Op) de Controle de Distúrbios: <ol style="list-style-type: none"> formações; progressão; e posições da arma. Emprego de agentes químicos e máscaras contra gases <ol style="list-style-type: none"> tipos de agentes químicos; emprego tático; seleção; e emprego das máscaras contra gases.

Fig 3C – Continuação do Quadro de objetivos da matéria Operações tipo Polícia em GLO.
Fonte: BRASIL,2019a, p. 5-10.

Na Figura 2, é possível perceber que a matéria Operações tipo Polícia em GLO recebe na distribuição: 24 (vinte e quatro) tempos de instrução diurnos e 8 (oito) tempos de instrução noturnos, totalizando 32 (trinta e dois) tempos de instrução.

Também é possível perceber nas figuras 3, 3A, 3B e 3C que a matéria em questão tem 10 (dez) tarefas a serem desenvolvidas nesses 32 (trinta e dois) tempos destinados.

Cada tarefa tem uma coluna no quadro destinada à “sugestões para objetivos intermediários”. Somando todas as sugestões para objetivos intermediários das dez tarefas da matéria, obtém-se 32 (trinta e duas) sugestões.

Dessa forma, tem-se uma distribuição justa de tempos de instrução dentro da supracitada matéria. Um tempo de instrução para cada sugestão de objetivo intermediário.

Nesse sentido, a tarefa nomeada “Q-108”, presente na figura 5, “Participar da ocupação de um Ponto Sensível e da execução de um Posto de Segurança Estático (PSE)” – objeto de estudo deste trabalho científico – por conter duas sugestões para objetivos intermediários, recebe dois tempos de instrução.

Seguindo as diretrizes o PP IIQ – GLO, tem-se que as instruções devem ser ministradas num período de três semanas, sendo as duas primeiras em “regime normal”, contemplando trinta e seis horas de atividade diurna e oito horas noturnas semanais; e a terceira, em “regime ampliado”, na qual deverá ser focada a prática, somando trinta e seis horas diurnas e dezesseis horas noturnas (BRASIL, 2019a, p. 1-3).

É visível a preocupação por parte do escalão superior, do ponto de vista do planejamento das instruções e da sugestão de tempo, para que os objetivos sejam plenamente atingidos de forma a tornar o Soldado apto a realizar Operações de GLO.

Entretanto, cabe ressaltar que, durante o ano de instrução, pode ser necessária a execução de mais atividades que acabam competindo com o tempo destinado às instruções. Podem ser exemplos: formaturas semanais; atividades de manutenção do Material de Emprego Militar (MEM), das instalações e área do

aquartelamento e serviços de escala. Dessa forma, pode ser que o tempo planejado para as instruções não seja suficiente para ser cumprida a carga horária prevista.

Nesse escopo, até mesmo o PP prevê que os tempos de instrução não são suficientes para as instruções a serem ministradas. Nesse sentido:

A soma dos tempos destinados à instrução militar ultrapassa a disponibilidade, obrigando a Direção da Instrução priorizar as instruções mais importantes para sua realidade de emprego e privilegiar a preparação para os exercícios previstos para o ano de instrução em pauta, considerando, ainda, que as semanas nove e dez deverão ser destinadas à teoria, com foco maior na preparação individual e que a semana onze, Período de Adestramento Básico (PAB / GLO), deverá ser destinada à prática (BRASIL, 2019a, p. 3-1).

Dessa forma, é possível inferir que, já em sua concepção, o Período de Instrução Individual de Qualificação pode não ser suficiente para atingir todos os objetivos de instrução, uma vez que é necessário priorizar uns em detrimento de outros. Além disso, o PP trás uma proposta da IIQ em três semanas, sendo duas destinadas à instrução preparatória (mais teórica) e a última para realizar a prática.

Em contradição, o manual do instrutor do corpo de tropa amarra que, ao planejar sua instrução, o instrutor deve prever, na distribuição do tempo, a preferência pela prática controlada de uma tarefa, pois é a forma com o maior rendimento no aprendizado por parte do instruendo.

A instrução militar deve ser voltada para o “desempenho” e a “imitação do combate”. Os aspectos cognitivos de aprendizagem devem ser suportes para a obtenção de resultados, predominantemente, psicomotores e a aplicação prática de conhecimentos. [...]

O cunho prático e a objetividade na condução da aprendizagem propiciam a aquisição de habilidades e reflexos, indispensáveis ao soldado e ao desenvolvimento da operacionalidade dos diversos grupamentos. Neste contexto, as palestras só são utilizadas quando indispensáveis. A maior parte do tempo é dedicada ao que pode chamar de prática controlada de uma tarefa. Tal procedimento é a garantia de que os instruendos serão capazes de realizar as tarefas exigidas em seu trabalho (BRASIL, 2004, p. 1-2).

O conceito de priorizar a prática como método de ensino é antigo e consagrado, e mesmo na época das grandes navegações já era empregado, como

deixa claro o poeta português CAMÕES, “a disciplina militar prestante não se aprende, senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando” (CAMÕES, 1572 apud DIAS 1916, p. 667).

Dessa forma, talvez seja possível verificar alguma incompatibilidade de conceitos, uma vez que a proposta do PP IIQ está diferente do trazido pelo manual do instrutor do corpo de tropa. O primeiro trás uma proposta de uma relação de dois para um entre instruções teóricas (duas semanas) e instruções práticas (uma semana). Já o segundo, trás a concepção de que o soldado, como executante, precisa de mais instruções práticas, sendo a teoria relativizada ao mínimo indispensável.

Por último, é importante frisar que o soldado do Efetivo Variável, por se tratar de um indivíduo ainda em formação, não detém o conhecimento do emprego das frações constituídas, uma vez que é uma matéria a ser ministrada nos próximos períodos de instrução, dificultando o dinamismo e o andamento da atividade de ensino-aprendizagem no período em que o trabalho está concentrado.

3. METODOLOGIA

Tendo em vista que o objetivo do trabalho é a verificação da eficiência do tempo destinado ao Período de Instrução Individual de Qualificação GLO dos Soldados do Efetivo Variável para habilitá-los a cumprir Operações de Garantia da Lei e da Ordem, em especial realizando Posto de Segurança Estático, é necessário subdividi-lo em etapas.

3.1 Objeto Formal de Estudo

O Objeto formal de estudo da pesquisa é a análise da suficiência do tempo destinado às instruções, previstas no PP IIQ GLO, para habilitar o Soldado EV a operar um PSE em situação de GLO. Assim, pretende-se conduzir a pesquisa em duas fases. Na primeira, será tratada a variável independente. Terá como dimensão a doutrina. Os indicadores serão os objetivos do PP IIQ. A forma de medição será a revisão de literatura.

Nesse item, serão levantadas as instruções ministradas ao Soldado do Efetivo Variável que permitem sua habilitação a operar um Posto de Segurança Estático, além do tempo disponibilizado para essa atividade. Esses dados serão retirados do Programa Padrão do Período de Instrução Individual de Qualificação GLO.

Numa segunda fase, será considerada a variável dependente. A dimensão para medir tal variável será o tempo. O indicador será a quantidade de tempo de instrução para atingir os objetivos elencados na variável independente. A forma de medição será o questionário.

Para essa fase, será feito um questionário destinado aos Oficiais que estão,

ou que estiveram no período de até cinco anos, na função de Comandantes (Cmt) de Pelotão (Pel), de Subunidade (SU) e Chefe de Terceira Seção (S3) de Batalhões de Infantaria de diversas partes do Brasil de forma a levantar, baseado na experiência desses militares, o tempo considerado ideal para ministrar tais instruções, levando-se em consideração tanto a instrução teórica quanto a prática.

De forma a melhor identificar as variáveis da pesquisa, será considerado o Quadro de Operacionalização das variáveis, conforme o Quadro 1.

TIPO	VARIÁVEL	DIMENSÃO	INDICADOR	FORMA DE MEDIÇÃO
Independente	Instrução	Doutrina	Objetivos do PP IIQ GLO	Revisão da Literatura
Dependente	Tempo	Tempos de Instrução – 45 min	Tempos de instrução necessários para atingir os objetivos propostos	Questionário

Quadro 1: Quadro de Operacionalização das Variáveis
Fonte: O autor

Ao final, pretende-se analisar se o previsto em PP é suficiente para habilitar o Soldado do efetivo variável a operar um PSE, comparando o encontrado nas duas fases, e utilizando como base a experiência de militares da tropa.

3.2 Delineamento da pesquisa

Após analisar a pesquisa do ponto de vista técnico, é possível elencar as seguintes classificações.

Quanto à natureza da pesquisa, é possível classificá-la como aplicada, pois tende a apresentar dados que geram conhecimentos com a capacidade de aplicação prática, uma vez que poderá ser utilizada para comprovar, ou não, a eficácia da quantidade de tempo de instrução disponível pelo PP IIQ GLO para habilitar o Sd EV a operar um PSE. Sendo possível, com os resultados da pesquisa, se foro caso, apresentar uma proposta nos tempos de instrução.

Quanto ao objetivo, percebe-se a aplicação de duas classificações. Uma na

primeira fase da pesquisa e a outra na segunda. Na primeira, observa-se o tipo exploratório, uma vez que, para aprofundar-se no assunto e ter embasamento teórico, serão levantados os dados, através de pesquisa documental, referentes às instruções e aos tempos de instrução definidos em PP julgados essenciais para a habilitação do Soldado do Efetivo variável para operar PSE. Já na segunda fase, a pesquisa passará a ser descritiva, porque é pretensão realizar a conexão comparativa entre o obtido na primeira fase e o questionário que será aplicado. Do ponto de vista da abordagem, a pesquisa é quantitativa, pois pretende-se gerar os dados para mensurar o tempo ideal que deve ser destinado à teoria e à prática da instrução de PSE aos Sd EV de forma a habilitá-los a exercer a operação, segundo resultados baseados na prática de instrutores do corpo de tropa.

Quanto aos procedimentos utilizados para a coleta de dados, é necessário retornar à divisão do trabalho em duas fases. Na primeira, predomina a pesquisa documental, pois serão pesquisadas fontes, como manuais de instrução, programa padrão de instrução militar, cadernos de instrução, livros, e outros trabalhos de conclusão de curso. Na segunda, percebe-se a utilização do levantamento caracterizado pelo questionário para entender a opinião do público alvo (Cmt Pel, Cmt SU e S3 de unidades de infantaria), a fim de embasar o trabalho.

De forma a facilitar o entendimento da classificação dos tipos de pesquisa empregados, propõe-se a observação do Quadro de Tipos de Pesquisa Utilizadas (Quadro 2).

FASES DA PESQUISA	NATUREZA	OBJETIVO	ABORDAGEM	COLETA DE DADOS
1ª Fase	Aplicada	Exploratória	Quantitativa	Pesquisa Documental
2ª Fase		Descritiva		Levantamento

Quadro 2: Tipos de Pesquisas Utilizadas
Fonte: O autor

3.3 Amostra

De forma a realizar a segunda parte da pesquisa, mediante questionário, é

necessário realizar o estudo de qual público será interpelado. Para que se tenham resultados conectados com a realidade e dê veracidade ao trabalho, propõe-se que o universo selecionado para a atividade seja composto por Oficiais de Batalhões de Infantaria de diversas partes do Brasil, primando ao máximo pela dispersão no território nacional das respostas de forma a dar veracidade à amostra de possíveis opiniões divergentes de região para região. Derivando desse pessoal, define-se que a amostra ideal compreende as funções de Comandante de Pelotão e de Subunidade além de Chefe de Terceira Seção.

Com o intuito de refinar a amostra, serão acrescentados critérios de inclusão e de exclusão.

Critérios de inclusão:

- Ser Oficial do Exército da ativa;
- Estar na função de Cmt Pel, Cmt SU ou S3;
- Ter exercido tais funções (caso não exerça mais) há, no máximo, cinco anos (inclusive);

Critérios de exclusão:

- A OM que tenha sido relacionado com sua resposta não ser de infantaria.
- Resposta não relacionada com as funções de Comandante de Pelotão, de Subunidade ou chefe de Terceira Seção;
- Caso não a exerça mais, ter exercido há mais de cinco anos;
- Ser integrante de Organização Militar que não aplique o Período de Instrução Individual de Qualificação em GLO;

3.4 Procedimentos para revisão da literatura

A busca pelas informações se deu através da leitura de manuais militares físicos; de pesquisa na internet por obras clássicas; na Constituição Federal Brasileira e nas Leis Complementares e no ordenamento jurídico de outros países,

bem como em manuais de suas forças armadas. Foi utilizada a ferramenta *Google Acadêmico* como método de pesquisa por outros trabalhos de conclusão de curso.

Os critérios de inclusão foram: as obras serem originais e estarem completas; e as leis brasileiras estarem em seu formato original, para evitar desvios de interpretação, e as pesquisas pelas constituições estrangeiras estarem em seu idioma natal. Para estas últimas, foi utilizada a ferramenta *Google Tradutor* como meio auxiliar.

Os critérios de exclusão foram: artigos incompletos, ou sem embasamento teórico, ou sem as corretas referências; manuais desatualizados; fontes secundárias quando não identificadas suas referências das fontes primárias.

Para a seleção e eleição do que iria compor o presente trabalho, foram identificados os resumos que seriam de serventia, sendo descartado o que não foi considerado contextualizado com os objetivos propostos.

3.5 Procedimentos Metodológicos

Para a realização do presente trabalho científico foi escolhido o método hipotético-dedutivo, dividindo-se a pesquisa em duas fases.

Na primeira parte, os objetivos são exploratórios, utilizando-se a pesquisa documental que possibilitou embasamento suficiente para levantar uma hipótese. Os objetivos de instrução e seus respectivos tempos propostos foram retirados do Programa Padrão de Instrução Individual de Qualificação GLO contextualizados com a situação específica das atividades diárias da tropa, que competem pelo tempo de instrução, servindo de base para a hipótese deste trabalho, o qual traz a abordagem de que o tempo de instrução previsto não é suficiente para entregar, como produto, o Soldado do Efetivo Variável apto a operar um Posto de Segurança Estático em contexto de garantia da lei e da ordem.

A segunda parte segue com objetivos descritivos, em que foi utilizado o levantamento como método de coleta de dados para, a partir de um questionário

que será aplicado à amostra proposta, analisar os dados e, através de uma comparação entre o levantado na primeira fase da pesquisa e o obtido na segunda, concluir o trabalho, confirmando ou refutando a hipótese levantada.

3.6 Instrumentos

A segunda fase da pesquisa deste trabalho conta com a aplicação de um questionário que será aplicado a comandantes de pelotão, comandantes de subunidades e chefes de terceira seção de batalhões de infantaria de diversas partes do país para atingir os objetivos propostos no trabalho.

O tipo de questionário que será aplicado será o formulário, uma vez que pretende-se inferir perguntas com respostas pré-definidas.

O questionário será montado por meio da plataforma Google Forms, e será lançado através da rede social *Whatsapp* como forma de disseminação. Entretanto, contará com um pré-teste antes do seu lançamento, que contará com a colaboração de dez capitães alunos da EsAO da turma de 2022 para avaliar se o instrumento contém erros ou imperfeições e verificar se a redação dos questionamentos está adequada.

Este instrumento de pesquisa foi considerado o ideal, pois objetiva trazer para o trabalho a opinião dos instrutores do corpo de tropa como método para confirmar ou refutar a hipótese levantada.

3.7 Análise dos Dados

Ao final do período de disponibilidade para preenchimento do questionário, foram estudadas as respostas de forma a avaliar seu aproveitamento.

Os resultados das perguntas fechadas foram tabulados e forneceram um gráfico para melhor observá-los.

As respostas dos questionamentos abertos foram analisadas individualmente e passaram por um crivo de pertinência, de maneira que foram descartadas afirmações consideradas não válidas (respostas não relacionadas à pergunta, ironias, erros) e foram submetidas ao teste bicaudal para, quando é o caso, rejeitar exageros que possam interferir nas estatísticas produzidas.

Respostas consideradas sinônimas ou relacionadas por aproximação de conceito foram agrupadas para facilitar sua tabulação e, por fim, organizadas em um quadro expositivo para ser anexado ao trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os dias 8 de abril a 12 de maio de 2022, foi disponibilizado através da ferramenta *Google Forms* o formulário para arrecadar as respostas para compor o presente trabalho acadêmico, na intenção de responder às questões propostas.

Uma das propostas elencadas para dar credibilidade ao trabalho, era que o questionário fosse difundido para as mais diversas Organizações Militares do Brasil, de forma que as respostas não fossem coletadas apenas em região específica, trazendo ao trabalho dados confiáveis de uma amostra abrangente, coerente com a realidade da dispersão dos quartéis pelo território nacional.

No período de vigência do questionário, foram computadas 41 respostas. Segue o gráfico para melhor visualização.

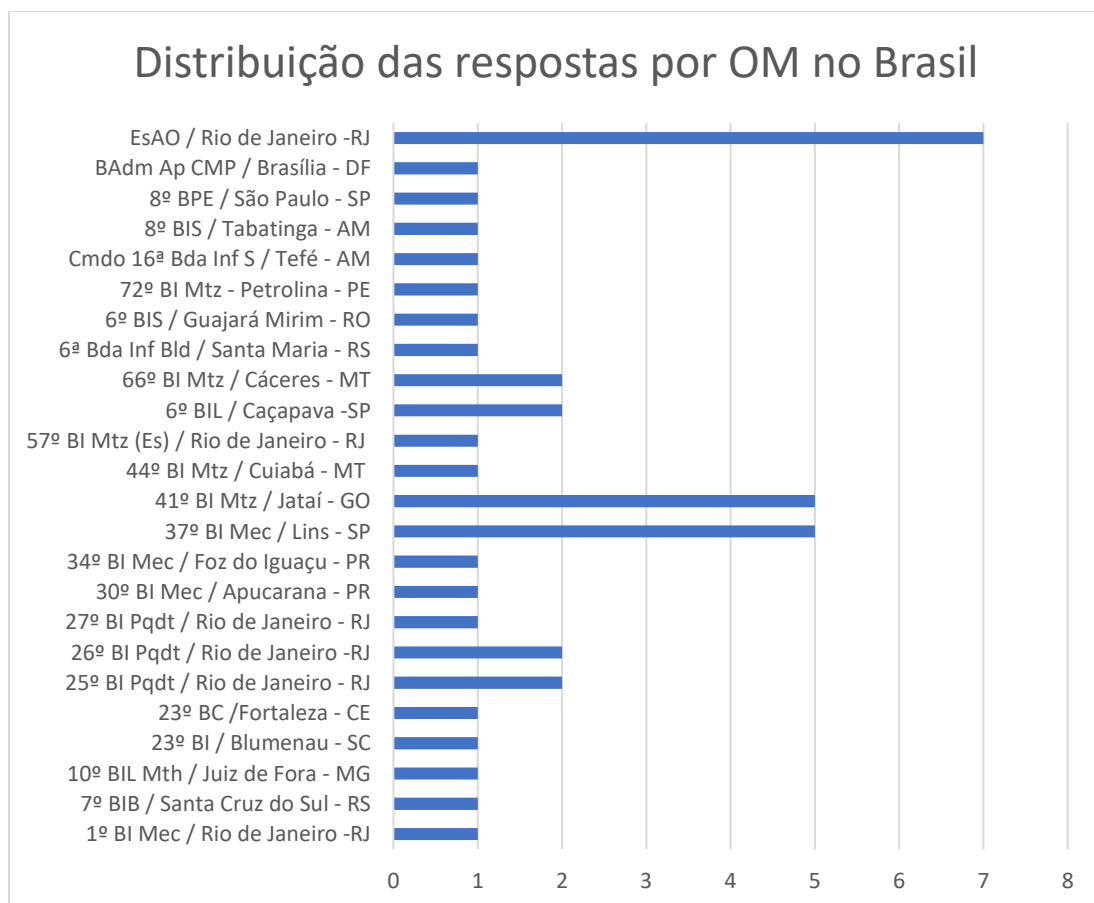


Figura 3 – Distribuição das respostas por OM no Brasil.

Fonte: o autor.

De forma a melhor visualizar a dispersão das respostas pelo território nacional, segue o gráfico da distribuição por Comando Militar de Área.

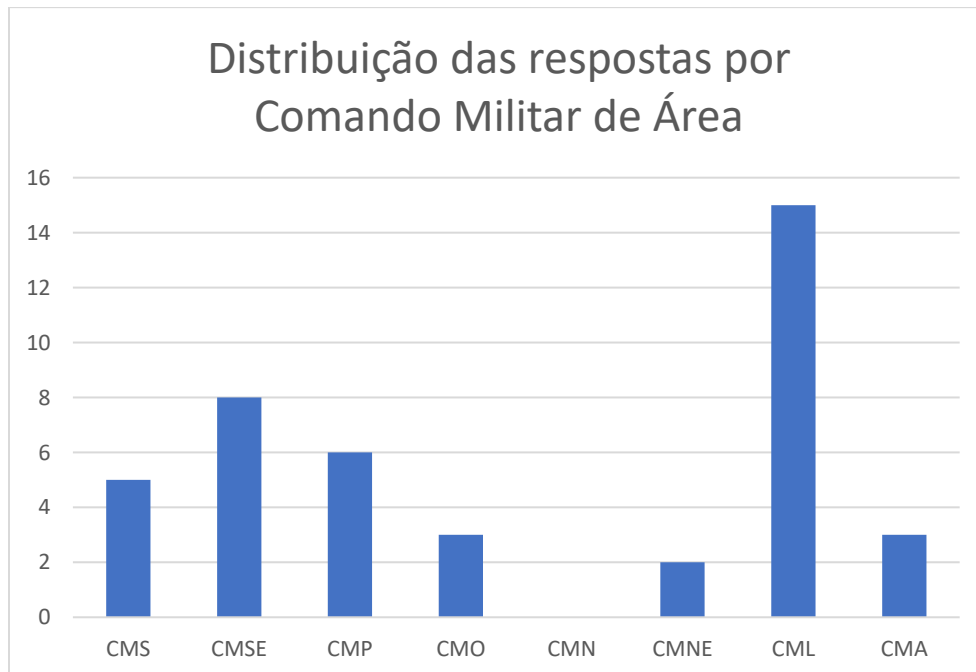


Figura 4 – Distribuição das respostas por Comando Militar de Área.
Fonte: o autor.

4.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Ao verificar as repostas recebidas em sua totalidade, percebe-se que é necessário acrescentar o crivo dos critérios de inclusão e de exclusão elencados no capítulo 1, trabalhando os dados de forma a adequar a amostra, pois algumas respostas não se enquadram nos quesitos necessários para seu aproveitamento neste trabalho, uma vez que poderiam distorcer a realidade dos fatos ou mesmo não ter validade ou relevância para o trabalho. Sendo assim, segue a aplicação dos tais critérios.

4.1.1 FUNÇÃO EXERCIDA

O primeiro critério de inclusão é “ser oficial da ativa”. Todas as respostas atenderam a este quesito.

As respostas recebidas foram descritas todas por Oficiais servindo em Organizações Militares da Arma de Infantaria, atendendo ao primeiro critério de exclusão.

Prosseguindo, o questionário possibilitou visualizar a relação das funções exercidas nas OM definidas conforme gráfico abaixo:

2- Função

42 respostas

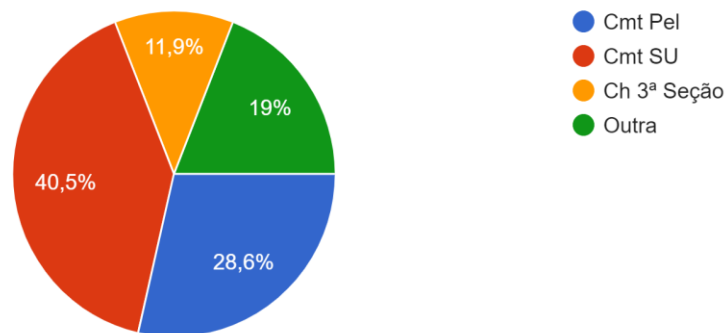


Figura 5 – Distribuição das respostas por função dentro das OM.
Fonte: o autor.

Na definição da amostra proposta para o trabalho, foi definido que um dos critérios de exclusão seria refutar respostas não relacionadas com as funções de Cmt Pel, Cmt SU e Chefe de 3ª Seção. Visualizando a figura 5, verifica-se que 19% das respostas recebidas não estão condizentes com a amostra desejada, sendo necessário, nesse caso, trabalhar os dados de modo a excluí-las, conforme o novo gráfico da distribuição por função dentro das OM abaixo:

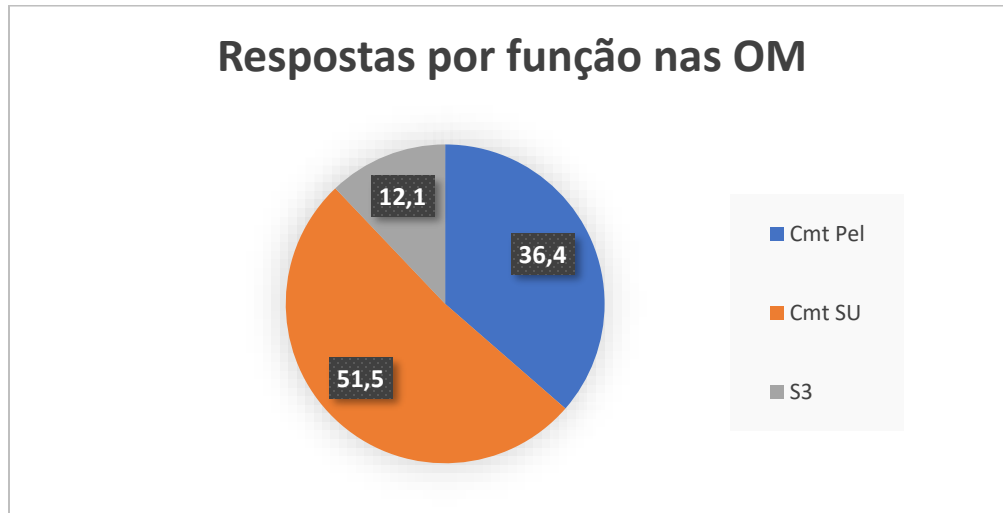


Figura 6 – Distribuição das respostas por função nas OM acrescidos dos critérios de exclusão da amostra.

Fonte: o autor.

Dessa forma, tem-se que das 42 respostas recebidas no questionários, 33 são válidas no quesito função desempenhada no quartel, pois 9 respostas foram descartadas por não se enquadrar nos critérios de inclusão.

4.1.2 TEMPO EXERCENDO A FUNÇÃO

O critério tempo exercendo a função diz respeito ao intervalo de tempo que o militar está ou esteve exercendo o cargo que foi especificado quando respondeu o questionário. Foi determinado quatro intervalos de tempo, conforme pode ser observados no gráfico abaixo:

3- Há quanto tempo exerce a função?

42 respostas

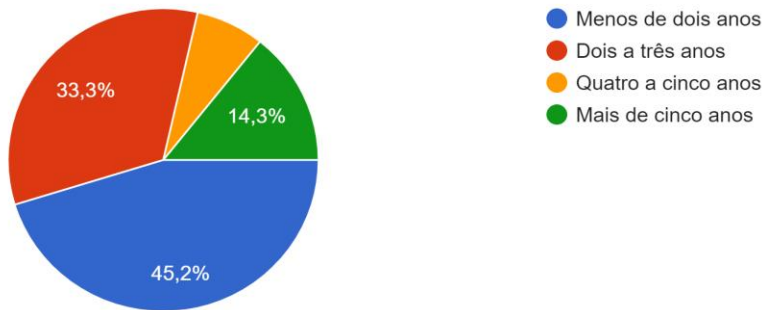


Figura 7 – Tempo exercendo a função
Fonte: o autor.

Como é possível ver na figura acima, o questionário foi respondido pela grande maioria dos militares com pelo menos dois anos exercendo a função (por exclusão 54,8%), sendo 14,6% há mais de cinco anos. Esse fator trás bom grau de confiabilidade às respostas por revelar tratar-se de militares com experiência nas atividades que exercem.

Como complemento, foi questionado de forma facultativa, uma pergunta de forma a saber, caso o militar não esteja mais exercendo as funções de interesse para o presente trabalho, há quanto tempo o militar encontra-se nessa situação.

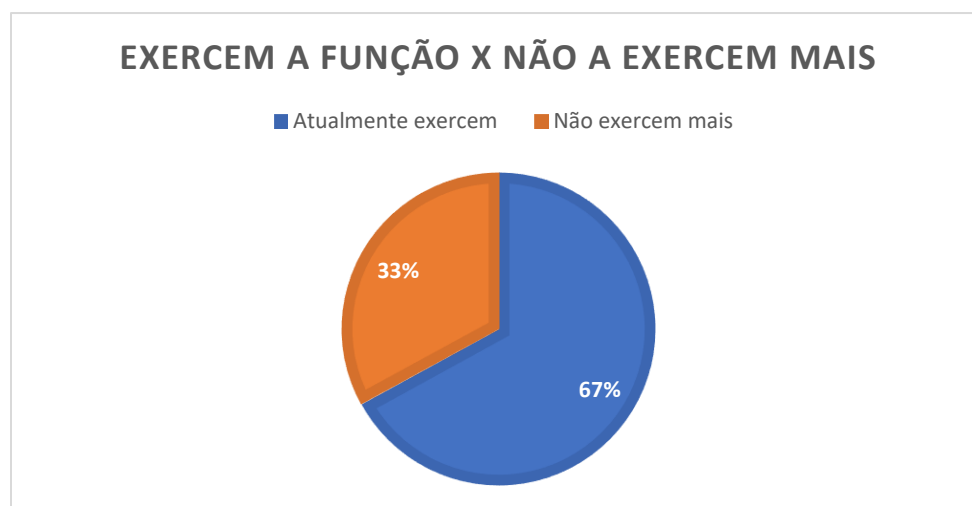


Figura 8 – Comparação entre os militares que exercem e que não exercem mais as funções respondidas no questionário.

Fonte: o autor.

Do gráfico acima, pode-se acrescentar que 22 militares ainda exercem a atividade (67%) e que 11 não a exercem mais (33%) totalizando as 33 respostas válidas até o momento.

Dos militares que não exercem mais as funções de Cmt Pel, Cmt SU e Ch 3ª Seção, tem-se que conforme o gráfico abaixo:

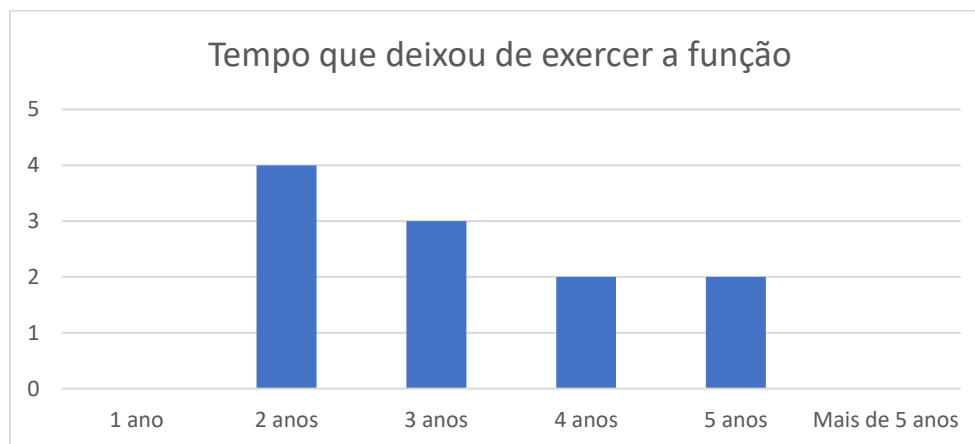


Figura 9 – Tempo em anos que deixou de exercer mais a função.

Fonte: o autor.

Nos critérios de exclusão elencados, foi proposto não incluir as respostas relacionadas à militares que estão há mais de cinco anos (exclusive) sem exercer a atividade considerada ideal para o trabalho. Sendo assim, a coluna localizada mais a direita na Figura 9, (mais de 5 anos) deveria ser desconsiderada para fins de exclusão, entretanto como é possível perceber não será necessário trabalhar os dados nesse sentido pois não há nenhum militar que se enquadre nessa situação, dessa forma continuam válidas 33 respostas.

4.1.3 APLICAÇÃO DO PERÍODO DE INSTRUÇÃO INDIVIDUAL DE QUALIFICAÇÃO GLO (IIQ GLO)

Nesse quesito, seriam descartadas, segundo os critérios de exclusão, as respostas em que as OM consideradas não aplicassem o Período da IIQ GLO,

entretanto todas as respostas válidas até o momento estão enquadradas conforme os critérios de inclusão nesse ponto, mantendo-se 33 respostas.

4.1.4 RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO

Sendo assim, findada a análise dos dados do ponto de vista da aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão da amostra, tem-se que das 42 respostas recebidas, 33 permanecem válidas e aproveitáveis para o embasamento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

De posse das 33 respostas válidas e aproveitáveis, será possível dar prosseguimento ao trabalho de análise e comentário dos dados.

4.2.1 DURAÇÃO E REGULAÇÃO DO PERÍODO DE INSTRUÇÃO INDIVIDUAL DE QUALIFICAÇÃO (GLO) NAS OM

Nesse quesito, foi perguntado quanto tempo (em semanas) tem a duração do Período da IIQ GLO nas OM que foram consideradas as respostas produzidas. Pode-se verificar o resultado conforme o gráfico abaixo.

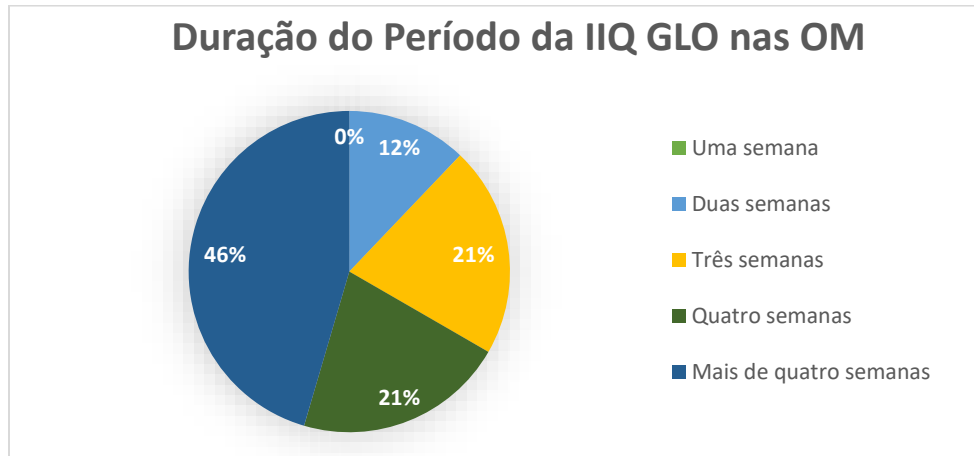


Figura 10 – Tempo (em semanas) da duração do Período de Instrução Individual de Qualificação em GLO da amostra.

Fonte: o autor.

É perceptível na Figura 10 que a duração do Período de Instrução Individual de Qualificação em GLO tem acentuada relevância para o ano de instrução dos Soldados do Efetivo variável nas OM de infantaria. Da amostra considerada para pesquisa, nenhuma das OM deixam tal período com a duração de apenas uma semana, ao passo que pouco mais de 50% conduzem-no num período de duas a quatro semanas.

É possível verificar ainda, que 46% das OM ao planejarem o ano de instrução, percebendo a importância desta fase para a preparação e adestramento de seus recursos humanos, conduzem o Período com mais de quatro semanas de duração, mesmo com a previsão do PP IIQ GLO sugerindo apenas três semanas; sendo duas semanas de instruções teóricas e uma destinada à prática, coroando e finalizando o Período.

Prosseguindo no raciocínio com o questionário, foi levantado como a amostra das OM distribuem o Período da IIQ em semanas de teoria e de prática, chegando-se às conclusões conforme os gráficos a seguir:

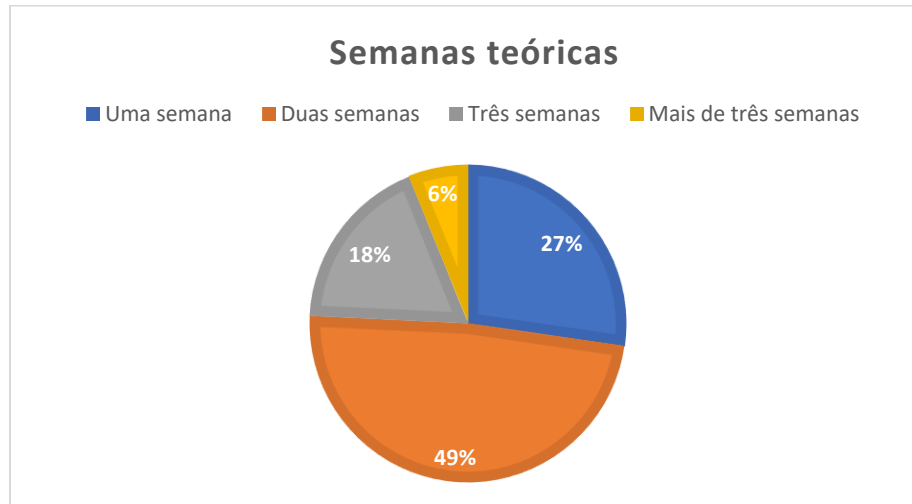


Figura 11 – Tempo (em semanas) da duração da parte teórica da IIQ GLO da amostra.
Fonte: o autor.

Da Figura 11 extrai-se que: 27% (9 de 33) da amostra aplicam a teoria do Período da IIQ GLO em uma semana; 49% (16 de 33) e, nesse caso, a maioria, seguem o sugerido pelo PP IIQ GLO e prevê duas semanas; 18% (6 de 33) preferem conduzi-la em três semanas e apenas 6% (2 de 33) a fazem em mais de três semanas.

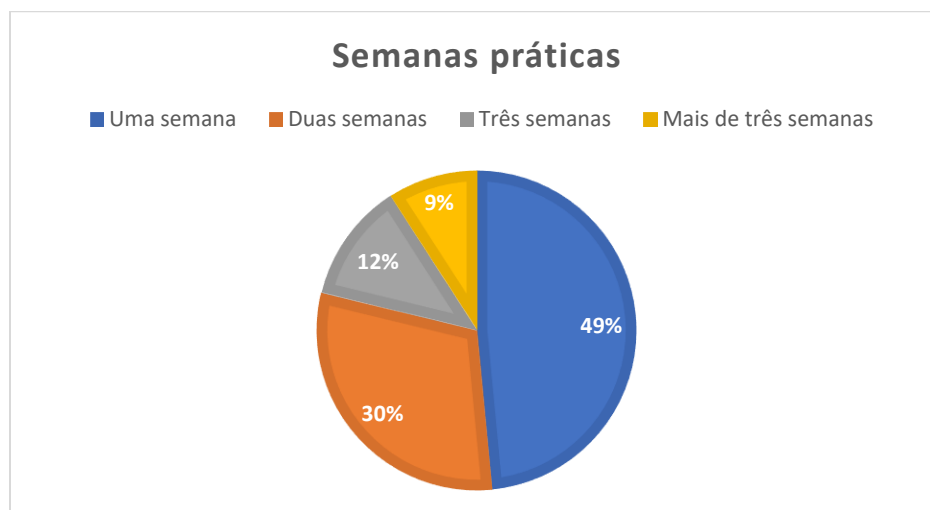


Figura 12 – Tempo (em semanas) da duração da parte prática da IIQ GLO da amostra.
Fonte: o autor.

Da figura 12, é possível identificar que: 49% (16 de 33), a maioria, conduzem a parte prática do Período da IIQ GLO em uma semana, conforme o previsto no PP IIQ GLO; 30% (10 de 33) a fazem em duas semanas; 12% (4 de 33) aplicam em

três semanas e 9% (3 de 33) preferem destacar mais de três semanas para a atividade.

Como conclusão parcial, é facilmente identificável que tanto na parte teórica quanto na parte prática, pouco menos da metade da amostra das OM tendem a obedecer o sugerido no PP IIQ GLO de duas e uma semana respectivamente.

4.2.2 INSTRUÇÕES NOTURNAS DURANTE O PERÍODO IIQ GLO

É senso comum que as instruções noturnas no exército, de maneira geral, não são naturalmente usuais. Embora seja uma forma de acrescentar tempos de instrução ao Período considerado relativamente curto, demandam um desgaste maior às OM. Há aumento nos consumos de energia elétrica (necessidade de iluminação adicional), de água (tanto para consumo quanto para higiene), de gêneros alimentícios (geralmente é consumido o jantar quando há instrução noturna). Sendo assim, normalmente, por economia de meios, a condução de instruções noturnas seguem a previsão de serem executadas quando estritamente necessário, caso não seja impositiva por conta de peculiaridade da instrução requerer sua execução à noite.

Dentro desse escopo, é afirmável que normalmente as OM despreendem tal esforço quando é imperativo ou considerado importante do ponto de vista do benefício para o adestramento da tropa em detrimento do maior consumo de recursos.

Ciente disso, foi perguntado no questionário, sobre a presença de instruções noturnas nas OM em que foram coletadas as respostas durante a aplicação da IIQ GLO, sendo possível verificá-las conforme gráfico abaixo:

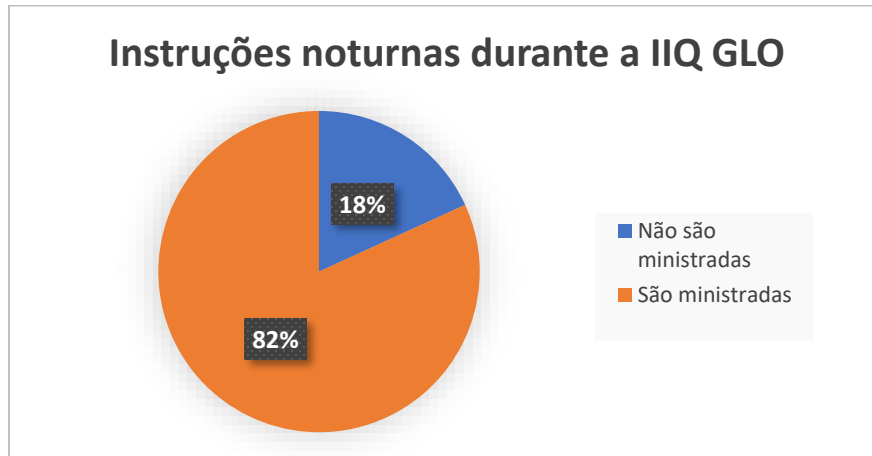


Figura 13 – Ministração de Instruções noturnas durante o Período da IIQ GLO nas OM consideradas.
Fonte: o autor.

Da figura 13, percebe-se que 82% das OM consultadas (27 das 33 respostas) ministram instruções noturnas durante a IIQ GLO, contra 18% (6 de 33) que não ministram.

De forma a entender melhor os dados da Figura 13, é proposto o gráfico abaixo que explica em quais semanas são ministradas tais instruções.

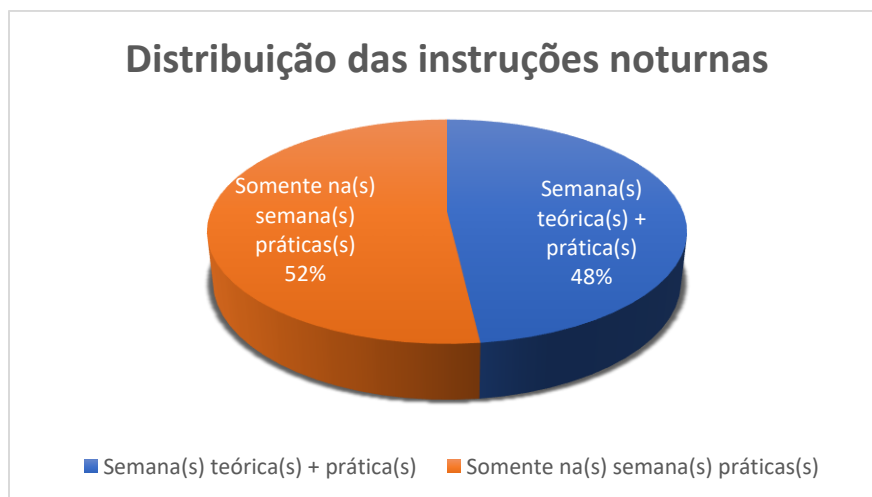


Figura 14 – Distribuição das instruções noturnas durante a IIQ GLO.
Fonte: o autor.

Percebe-se, assim, que das 27 OM que ministram instruções noturnas durante o referido Período de Instrução, 14 delas (52%) aplicam-nas apenas na(s) semana(s) prática(s), conforme rege o PP IIQ GLO. Entretanto, as outras 13 (48%), visualizam a necessidade de acrescentá-las também à(s) semana(s) teórica(s),

demonstrando a concepção de significativa importância do Período para o comando das OM consultadas.

4.2.3 ATIVIDADES CONCOMITANTES DURANTE O PERÍODO DA IIQ GLO

Foi proposto no questionário uma indagação para levantar algumas atividades que são desenvolvidas paralelamente ao tempo destinado à instrução da IIQ GLO e que, por mais essenciais e indispensáveis que sejam para a vida da OM, acabam por concorrer com tempo, que já é relativamente curto, corroborando para diminuir oportunidades de aprendizado e de prática do Soldado EV durante o referido Período.

Dessa forma as respostas foram organizadas no gráfico que segue:

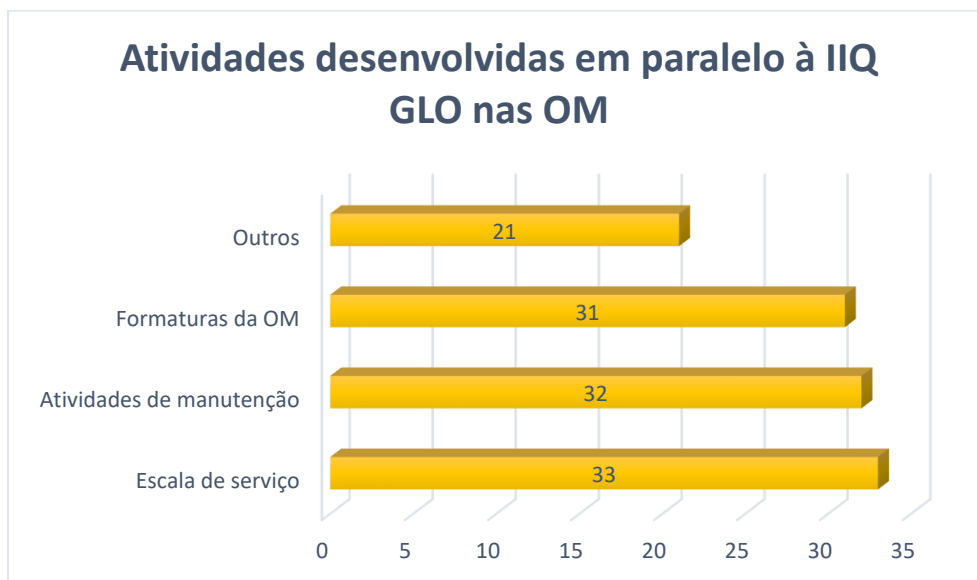


Figura 15 – Atividades das OM desenvolvidas em paralelo à instrução do Período de Instrução Individual de Qualificação GLO.

Fonte: o autor.

A Figura 15 mostra que, das 33 respostas levadas em consideração para o trabalho, 100% delas elencam o serviço de escala como uma atividade que ocorre paralelamente ao Período da IIQ GLO. Atividades de manutenção na OM aparecem

em 32 respostas, ou seja 96% dos entrevistados. Formaturas semanais da OM é um quesito respondido positivamente em 31 vezes significando 93% dos interpelados. Outras atividades não especificadas mas também relevantes são elencadas em 21 respostas sendo computadas em 63% dos entrevistados.

Esse questionamento é considerado de grande valia para ter uma noção de como são desenvolvidas as atividades nas Organizações Militares.

É sabido que o serviço de escala é uma atividade diária das unidades e que os Soldados do Efetivo Variável tem grande participação para o desenvolvimento desta prática, não sendo viável abrir mão destes para a execução daquela. Entretanto é verdade dizer que o serviço ocupa uma parcela do tempo que estaria sendo empregado para a instrução.

A manutenção das instalações, das áreas do aquartelamento e do MEM (Material de Emprego Militar) também configura uma situação normal dentro das OM, sendo empregado os efetivos para esta atividade, concorrendo também com o tempo de instrução do Soldado EV.

As formaturas semanais das OM são de suma importância para a manutenção da hierarquia e da disciplina, boas ocasiões para treinamento da Ordem Unida, além de ser a oportunidade para o Cmt da Unidade comunicar-se com sua tropa. Entretanto, compõe este trabalho como uma situação que também corrobora para diminuir o tempo de instrução para o Soldado.

Outras atividades não especificadas podem ser consideradas de maneira semelhantes.

O intuito deste levantamento não consiste em criticar a situação acima. Elas são necessárias tanto para a manutenção da vida vegetativa da OM quanto para o desenvolvimento de atributos de área afetiva necessários para a formação do Soldado, portanto, plenamente compreensíveis.

Nesse escopo, a intenção é justamente trazer para o trabalho subsídios para confrontar os dados e chegar a conclusão sobre a validade da Hipótese 1 ou da 2, constantes no Capítulo 1 deste trabalho.

4.2.4 OPINIÃO DA AMOSTRA ACERCA DA SUFICIÊNCIA DO TEMPO DESTINADO À IIQ GLO NAS OM

Uma das intenções deste trabalho é trazer para si a opinião dos instrutores do corpo de tropa para validar ou refutar a hipótese sugerida por este autor de que o tempo destinado às instruções do Período Individual de Qualificação em GLO não é suficiente para habilitar o Soldado do Efetivo variável recém incorporado às fileiras do Exército Brasileiro, a realizar a proteção de infraestruturas estratégicas operando um Posto de Segurança Estático no contexto de Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Partindo dessa premissa, foi adicionado ao questionário perguntas na intenção de levantar dados para atender à situação supracitada, sendo coletadas as seguintes assertivas:

a. O senhor considera a duração da parte teórica do Período suficiente para ministrar todas as instruções previstas no PP IIQ GLO para operar um PSE?

Como resposta para esta indagação, foi coletado o seguinte:

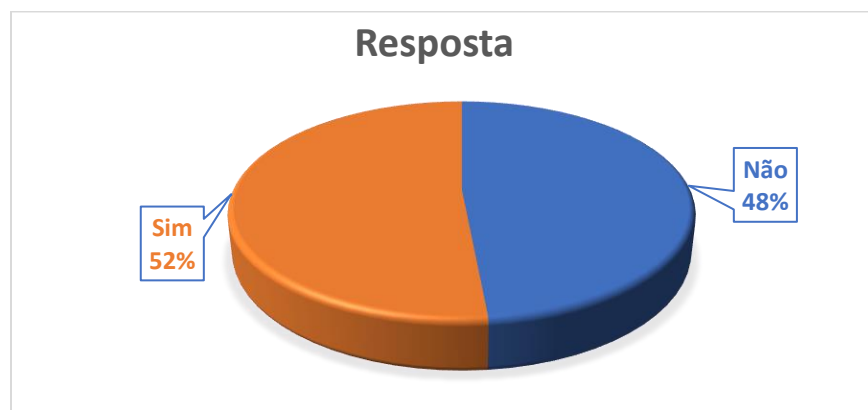


Figura 16 – Definição da resposta para pergunta “a”.
Fonte: o autor.

Como visto acima, 52% (17 de 33) dos entrevistados consideram o tempo que o PP IIQ GLO destina à parte teórica (duas semanas) suficiente para ministrar

todas as instruções necessárias para execução de PSE com o Efetivo Variável, ao passo que 48% (16 de 33) julgam o oposto. A resposta ficou praticamente dividida ao meio, com pouca divergência pendendo para o “sim”. Dessa forma, é razoável aceitar um empate técnico nesse quesito, não sendo possível afirmar com propriedade se esse fator corrobora ou não para a afirmação ou contestação da hipótese do presente trabalho.

Para dar prosseguimento ao raciocínio, tem-se a próxima pergunta.

b. Quanto tempo o senhor julga necessário, baseado em sua experiência, para ministrar todas as instruções previstas no PP IIQ GLO de forma satisfatória (focando na teoria)?

Como resposta foi concebido o seguinte gráfico.

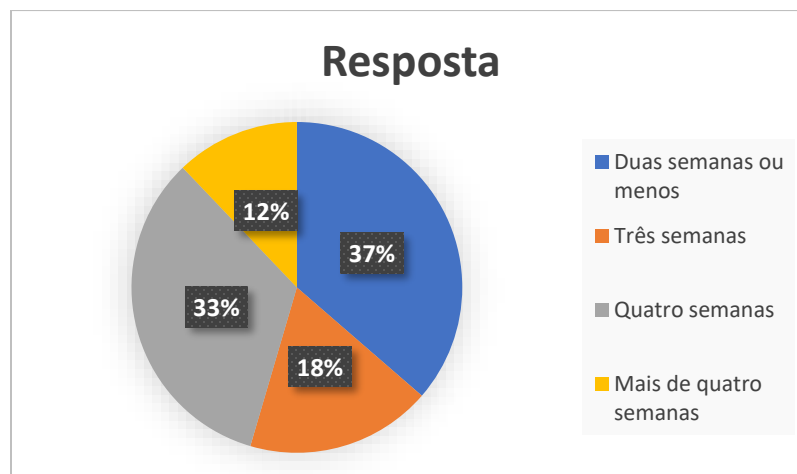


Figura 17 – Definição da resposta para a pergunta “b”.
Fonte: o autor.

Conforme exposto na Figura 17, 37% (12 de 33) entendem que as duas semanas previstas no PP IIQ GLO são suficientes. Entretanto, os 63% restantes discordam e consideram necessitar de um tempo maior para essa atividade. Nesse viés, 18% (6 de 33) julgam que é preciso três semanas. Uma boa quantidade, 33% (11 de 33) acham que quatro semanas são suficientes. Os últimos 12% (4 de 33) afirmam serem necessárias mais de quatro semanas.

É perceptível que quase dois terços dos entrevistados consideram o tempo de duas semanas para ministrar as instruções previstas não suficiente. Esse dado

bastante consistente, é admissível para acrescentar força à validação da hipótese deste TCC, sendo, dessa forma, computada.

As duas próximas perguntas foram concentradas na parte prática das instruções.

c. O senhor considera a duração da parte prática do Período suficiente para que sejam treinadas e praticadas as TTP necessárias para o Soldado do Efetivo Variável ser considerado apto a atuar em operações de GLO para operar um PSE, segundo o PP IIQ GLO?



Figura 18 – Definição da resposta para a pergunta “c”.
Fonte: o autor.

Nesse quesito, a resposta é bem esclarecedora, uma vez que é perceptível que a maioria, 76% (25 de 33), entende que o previsto no PP IIQ GLO, de uma semana destinada para praticar as TTP aprendidas nas duas semanas teóricas anteriores, não atende à necessidade real apresentada nos corpos de tropa, contra somente 24% (8 de 33) que julgam ser suficiente.

Sendo assim, esse fator é um instrumento considerado apto a integrar rol de ideias que validam a hipótese deste TCC.

Prosseguindo para a próxima pergunta.

d. Quanto tempo o senhor julga necessário, baseado em sua experiência,

para o soldado praticar e treinar as TTP do PP IIQ GLO dentro de sua fração para ser considerado apto para ser empregado em GLO (tempo de prática)?

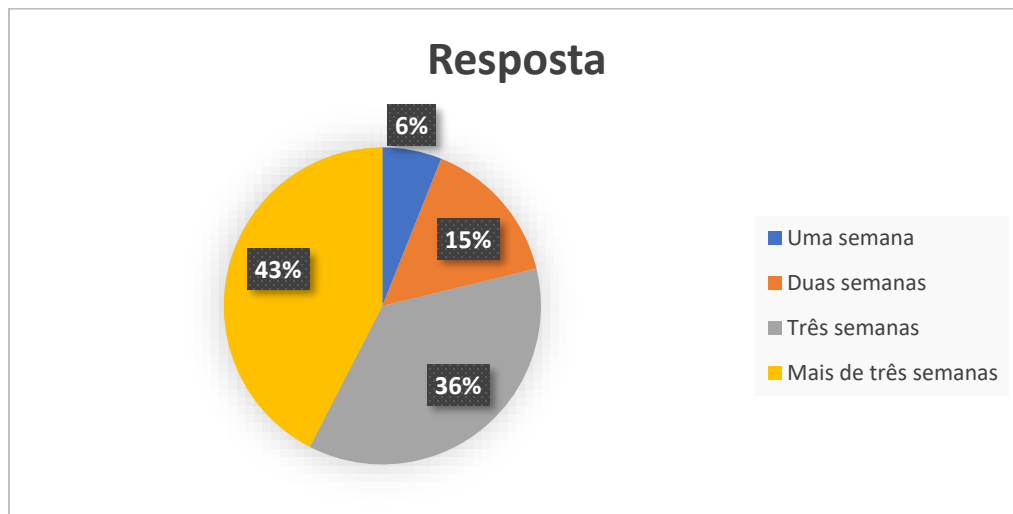


Figura 19 – Definição da resposta para a pergunta “d”.
Fonte: o autor.

Em total contraste ao descrito pelo PP IIQ GLO, de uma semana ser suficiente para essa atividade, apenas 6% (2 de 33) concordam com tal situação, restando 94% discordantes que têm a seguinte interpretação: 15% (5 de 33) julgam ser necessário duas semanas; 36% (12 de 33) atestam que é preciso três semanas e 43% (14 de 33) afirmam que o tempo ideal ultrapassa três semanas.

Analisando esse quesito, não resta dúvidas que este fator não somente é pertinente para acrescentar valor à afirmação da hipótese elencada para este trabalho, como também merece lugar de destaque dentre os outros fatores por atestar tamanha disparidade entre o concebido como ideal pelo manual e o entendimento dos elementos dos corpos de tropa.

A intenção da próxima questão foi incluir uma pergunta mais direta, e embora bastante subjetiva, diz muito sobre o grau de confiança que pessoal da tropa dispensa ao tempo reduzido de instrução do Período da IIQ GLO.

e. O senhor confia em operar um PSE com soldados do Efetivo Variável adestrados somente durante o Período da IIQ GLO?

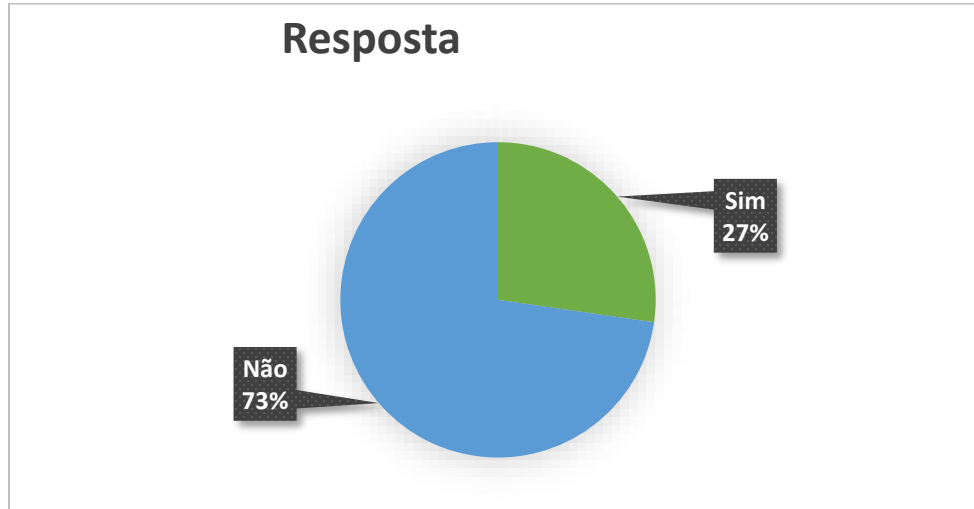


Figura 20 – Definição da resposta para a pergunta “e”.
Fonte: o autor.

Como é possível verificar na Figura 20, 73% (24 de 33) afirmam que somente o tempo designado no PP IIQ GLO para a preparação e adestramento do Soldado do Efetivo Variável não é suficiente para entregar, como produto ao final deste Período, um Soldado com treinamento confiável para operar um PSE. Com o pensamento oposto, tem-se apenas 27% (9 de 33).

Mais uma vez, trata-se de um dado conciso sendo perfeitamente computável para a incrementar validade a hipótese do trabalho.

Dessa forma, encerra-se a fase de coleta de dados e pode-se partir para a conclusão.

5. CONCLUSÃO

Do levantado na análise dos dados neste capítulo, é possível destacar alguns pontos.

A aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão na amostra, inicialmente de 42 respostas levantadas, levou a considerar apenas 33 delas, sendo descartadas 9 que não se enquadravam como aproveitáveis para trabalho.

Prosseguindo no trabalho, chegou-se a uma conclusão parcial de pouco menos da metade da amostra das OM tendem a obedecer o sugerido no PP IIQ GLO (de duas semanas para a parte teórica e de uma semana para a parte prática) para o Período de Instrução Individual de Qualificação dos Soldados do Efetivo Variável. Uma pequena parcela dos entrevistados conduzem tal período numa constituição semanal menor e o restante preferem fazê-lo num período de tempo aumentado.

Segundo, foi levantado que das OM que ministram instruções noturnas durante o referido Período de Instrução, 52% delas aplicam-nas apenas na(s) semana(s) prática(s), conforme rege o PP IIQ GLO e que 48% visualizam a necessidade de acrescentá-las também à(s) semana(s) teórica(s), demonstrando a concepção de significativa importância do Período para o comando das OM consultadas.

Em contraste, foi trazido ao trabalho informações que mostram que as peculiaridades da vida vegetativa das Unidades – como serviço de escala, atividades de manutenção, formaturas semanais, entre outros – tendem a concorrer com o escasso tempo destinado à instrução do Soldado, tornado menor a pouca oportunidade de instrução efetiva dentro do considerado período.

Como método de trazer para o trabalho a opinião dos instrutores do corpo de tropa, foram levantadas no questionário cinco perguntas, cujas respostas foram avaliadas e comentadas uma a uma, sendo o quadro abaixo uma exposição da compilação dos resultados para deixar mais evidente quais perguntas serviram para

validar e quais para refutar a hipótese sugerida por este autor para o trabalho.

Pergunta	Validação	Refutação	Empate
a			X
b	X		
c	X		
d	X		
e	X		

Quadro 3 – Tabela auxiliar para validar ou refutar a hipótese.
Fonte: o autor.

Conforme visto no Quadro 3, das cinco perguntas, quatro confirmam a hipótese trazida para estudo neste TCC. Nenhuma trás a contradição e uma gera empate.

Sendo assim, embasado nos conceitos apresentados na Revisão da Literatura deste trabalho, no questionário aplicado e suas respostas, e na análise dos dados advindos deste conjunto, salvo outro juízo é bastante pertinente afirmar que a Hipótese 1 levantada no 1º Capítulo deste TCC está confirmada e validada e, por consequencia, a Hipótese 2 está descartada.

Portanto é justo e seguro afiançar que o tempo destinado às instruções do Período de Instrução Individual de Qualificação em GLO, previsto no PP IIQ GLO, não é suficiente para habilitar o Soldado do Efetivo Variável, recém incorporado às fileiras do Exército Brasileiro, a realizar a proteção de infraestruturas estratégicas operando um Posto de Segurança Estático no contexto de Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Com os resultados obtidos e as discussões levantadas no Capítulo 4, é possível inferir que o objetivo deste trabalho foi atingido. Chegou-se à conclusão, baseada na opinião do pessoal da tropa – que trata diretamente com a situação proposta – de que o tempo considerado pelo PP IIQ GLO para aplicação das instruções contidas nele, não é suficiente para o Soldado do Efetivo Variável recém incorporado às fileiras do Exército Brasileiro, estar apto a realizar a proteção de infraestruturas estratégicas operando um Posto de Segurança Estático no contexto de Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Entretanto, o trabalho científico, ao pesquisar e levantar dados para responder às proposições levantadas, acabou por despertar um outro problema:

Afinal, se ficou perceptível que o tempo é insuficiente, como consequência, qual seria, então, a carga horária considerada ideal?

Como uma sugestão, segue o raciocínio.

Conforme visto, foi levantado no Capítulo 2 deste trabalho, o Período da IIQ GLO, segundo o Programa Padrão, conta com 80 tempos de instrução totais (somados os diurnos e noturnos) em 3 semanas de instrução. Destes, 32 estão voltados para a maior e mais complexa matéria ministrada nesse Período: Operações tipo Polícia em GLO (matéria que engloba o objetivo de estudo deste TCC).

Poderia ser uma solução dobrar os tempos de instrução previstos para esta matéria em questão. Dessa forma, totalizaria-se, então, 112 tempos de instrução.

Pensando por esta ótica, o Período de Instrução de Qualificação em GLO passaria a contemplar 4 semanas de instrução. Não está compatível com o levantando nas respostas do questionário, entretanto deve-se levar em conta que as demais atividades do ano de instrução podem ficar prejudicadas se aumentar demais este Período.

Para finalizar, é considerável que nos dados levantados para esta pesquisa,

há discordâncias e notoriamente falta embasamento teórico e científico para realizar, baseado somente neste TCC, a proposta definitiva de uma carga horária condizente e efetiva para compor um Programa Padrão a fim de atingir de maneira satisfatória os objetivos do PP IIQ GLO, pois as perguntas elencadas para o formulário, bem como o direcionamento do estudo estava voltado para outro problema.

Dessa forma, como consequência e prosseguimento natural deste trabalho, este autor sugere uma nova pesquisa para compor um outro trabalho científico com objetivos de criar os subsídios para propor a carga horária ideal para suprir essa nova lacuna encontrada, sendo necessário direcionar o estudo justamente para este viés.

REFERÊNCIAS

ADP. USA Department of the Army. Defense Support of Civil Authorities. Estados Unidos da América, 2019;

ALEMANHA. Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland. 1949;

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. 1988;

BRASIL. **DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm>. Acesso em: 9 fev. 2022;

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 9 fev. 2022;

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Caderno de Instrução CI 20-10/4 O instrutor do corpo de tropa.** 1ª Edição. Brasília, 2004;

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Caderno de Instrução EB70-CI-11.407 Posto de segurança estático.** 2ª Edição. Brasília, 2017;

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Manual de Campanha EB70-MC-10.223 Operações.** 5ª Edição. Brasília, 2017a;

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Manual de Campanha EB70-MC-10.228 A infantaria nas operações.** 1ª Edição. Brasília, 2018;

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Manual de Campanha EB70-MC-10.303 Operação em área edificada.** 1ª Edição. Brasília, 2018a;

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Programa Padrão de Instrução de Qualificação do Cabo e do Soldado EB70-PP-11.012 Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução Comum.** 2ª Edição. Brasília, 2019;

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023 EB 10-P-01.007.** Brasília, 2019a;

DIAS, A.E.S. **Os Lusíadas comentados por Augusto Epiphonio da Silva Dias**. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1916;

ESPAÑA. *Constitución Española*. Tribunal Constitucional de España, 1978; e

GARCIA, E. As forças armadas e a garantia da lei e da ordem. **Revista Jurídica**, Brasília, v. 10, ano 10, n. 92, p. 13, out./jan. 2009.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Neste Apendice é apresentado o Questionário que foi disponibilizado pela ferramenta *Google Forms* e disseminado através do aplicativo *Whats App* para levantar os dados utilizados como embasamento para este TCC. Permaneceu ativo para ser respondido de 8 de maio até 12 de abril de 2022, sendo responsável pela coleta de 42 respostas.

Segue o que foi apresentado para o entrevistado.

O presente questionário visa levantar dados para embasar o TCC do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais 2022 do Cap Inf DALNEI DELEVATTI DA SILVA. O objetivo do trabalho é analisar a eficiência do tempo destinado à instrução ministrada no Período de Instrução Individual de Qualificação em GLO para habilitar o Soldado do Efetivo Variável a executar um Posto de Segurança Estático, ao atuar como elemento pertencente à um pelotão de infantaria na proteção de infraestruturas estratégicas num contexto de garantia da lei e da ordem.

O questionário é destinado a Comandantes de Pelotão, Comandantes de Subunidade e Chefes de Terceira Seção de Batalhões de Infantaria, que estão na função há pelo menos dois anos e/ou que tenham exercido em até cinco anos (inclusive).

1- Organização Militar / Cidade – UF

Resposta livre.

2- Função

Resposta de múltipla escolha.

() Cmt Pel

() Cmt SU

() Ch 3ª Seção

() Outra

3- Há quanto tempo exerce a função?

Resposta de múltipla escolha.

- Menos de dois anos
- Dois a três anos
- Quatro a cinco anos
- Mais de cinco anos

4- Caso não a exerça mais, há quantos anos exerceu?

Resposta livre.

5- A OM em que o senhor serve aplica o Período de Instrução Individual de Qualificação?

Resposta de múltipla escolha.

- Sim
- Não

6- Quanto tempo tem a duração do referido Período em sua OM?

Resposta de múltipla escolha.

- Uma semana
- Duas semanas
- Três semanas
- Quatro semanas
- Mais de quatro semanas

7- Quantas instruções noturnas são ministradas durante o período IIQ GLO, em sua OM?

Resposta de múltipla escolha.

- Não são ministradas
- Uma ou duas vezes na(s) semana(s) teórica (s)
- Três ou quatro vezes na(s) semana(s) teórica(s)
- Somente na prática

8- Quanto tempo, em sua OM, costuma ser destinado às instruções teóricas no Período IIQ GLO?

Resposta de múltipla escolha.

- Uma semana
- Duas semanas
- Três semanas
- Mais de três semanas

9- Quanto tempo, em sua OM, costuma ser destinado à prática no Período IIQ GLO?

Resposta de múltipla escolha.

- Uma semana
- Duas semanas
- Três semanas
- Mais de três semanas

10- O senhor considera a duração da parte teórica do Período suficiente para ministrar todas as instruções previstas no PP IIQ GLO para operar um PSE?

Resposta de múltipla escolha.

- Sim
- Não

11- O senhor considera a duração da parte prática do Período suficiente para que sejam treinadas e praticadas todas TTP necessárias para o Soldado do Efetivo variável ser considerado apto atuar em operações de GLO para operar um PSE, segundo o PP IIQ?

Resposta de múltipla escolha.

- Sim
- Não

12- Quanto tempo o senhor julga ser o necessário, baseado em sua

experiência, para ministrar todas as instruções previstas no PP IIQ GLO (foco na teoria)?

Resposta de múltipla escolha.

- Duas semanas ou menos
- Três semanas
- Quatro semanas
- Mais de quatro semanas

13- Quanto tempo o senhor julga ser o necessário, baseado em sua experiência, para o soldado praticar e treinar as TTP de GLO dentro de sua fração para ser considerado apto para ser empregado em GLO (tempo de prática)?

Resposta de múltipla escolha.

- Uma semana
- Duas semanas
- Três semanas
- Mais de três semanas

14- O senhor confia em operar um PSE (em missões reais) com Soldados do Efetivo Variável adestrados somente durante o Período IIQ GLO?

Resposta de múltipla escolha.

- Sim
- Não

15- Quais atividades abaixo o Soldado do Efetivo Variável, de sua OM, executa durante o Período IIQ GLO paralelamente ao tempo destinado à instrução?

Resposta de caixas de seleção (possibilidade de marcar mais de uma opção).

- Serviço de escala
- Atividades de manutenção
- Formaturas da OM
- Outros